

Levantamento de Governança de TI 2014

Resultado individual:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO - PARAÍBA

Segmento: Judiciário

Tipo: Tribunal



A classificação deste documento é de responsabilidade da organização.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PERFIL DOS RESPONDENTES	4
3. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TI (iGovTI).....	6
4. COMPARATIVO ENTRE OS LEVANTAMENTOS 2014 E 2012.....	13
Apêndice I – Fórmula de Cálculo do iGovTI2014	69

1. INTRODUÇÃO

A fim de avaliar a situação de governança de TI na Administração Pública Federal, o Tribunal de Contas da União tem realizado levantamentos baseados em questionários que abordam práticas de governança e de gestão de TI previstas em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas.

O primeiro levantamento de governança de TI, realizado em 2007, contou com a participação de 255 organizações, que responderam a questionário composto por 39 perguntas, resultando no Acórdão 1.603/2008-TCU-Plenário. Diante do cenário preocupante identificado na oportunidade, este Tribunal determinou à Sefti a realização de novos levantamentos dessa natureza, tendo em vista a necessidade de acompanhar e manter base de dados atualizada com a situação de governança de tecnologia da informação (TI) na Administração Pública Federal (APF).

O levantamento realizado em 2010, apreciado pelo Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário, revelou, após avaliar dados de 349 organizações, que a situação da governança de TI era bem heterogênea. Alguns aspectos, como planejamento estratégico institucional e carreira própria de TI, mostraram evolução. Outros, como planejamento estratégico de TI e monitoramento de TI, permaneceram nos mesmos patamares identificados no levantamento de 2007.

Objetivando induzir a melhoria da governança de TI na APF, o TCU criou, no âmbito do levantamento de 2010, um índice que busca refletir, de forma geral, a situação de governança de TI de cada organização avaliada, denominado de índice de governança de TI (iGovTI).

A partir de 2012, em atendimento ao item 9.4.3 do Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário, a Sefti estabeleceu processo de trabalho para avaliar a governança de TI na APF em ciclos de dois anos. No primeiro ano, realiza-se a fase de coleta das informações por meio do levantamento de governança de TI. No seguinte, são realizadas auditorias específicas em uma amostra das organizações participantes, intencionando validar as respostas coletadas no levantamento, aprofundar a análise de alguns aspectos relacionados à governança e à gestão de TI e identificar boas práticas adotadas pelas organizações.

O levantamento de 2012, por sua vez, avaliou ao todo 349 organizações por meio de questionário cuja estrutura baseava-se no modelo do Cobit 5, o que deixou mais clara a distinção entre governança e gestão de TI. Além disso, avaliou-se, pela primeira vez, a dimensão Resultados, subdividida em três grupos de questões: 1) Resultados da gestão; 2) Resultados da governança para os cidadãos; e 3) Resultados da governança para a sociedade. Essa fiscalização originou o Acórdão 2.585/2012-TCU-Plenário.

Os dados coletados revelaram um cenário de evolução na situação de governança de TI na APF, sugerindo que as medidas adotadas pelos órgãos governantes superiores e pelo TCU

estavam surtindo efeito. Contudo, ainda havia bastante espaço para melhoria, haja vista que muitas organizações possuíam nível de capacidade baixo para vários aspectos avaliados.

Continuando o processo de avaliação do ciclo 2012, foram realizadas, em 2013, auditorias específicas em uma amostra de 20 organizações, objetivando validar a situação apurada no levantamento, bem como avaliar a gestão de risco e o alcance dos resultados de TI. As fiscalizações revelaram que, em geral, a situação real dos auditados era menos favorável do que a informada no questionário. O relatório consolidador destas auditorias foi apreciado pelo Acórdão 3.051/2014-TCU-Plenário.

No ciclo atual, a principal novidade diz respeito à mudança da escala de resposta do questionário, que antes era binária (sim ou não) e passou a ter cinco categorias de resposta, relativas ao nível de adoção da prática (não se aplica, não adota, iniciou plano para adotar, adota parcialmente, adota integralmente).

A análise dos dados levantados revelou melhoria da situação em relação a 2012, confirmando a tendência de evolução identificada nas pesquisas anteriores. Não obstante, o nível de adoção das práticas, de forma geral, ainda está distante de um cenário satisfatório para a Administração Pública Federal.

O presente relatório apresenta as respostas fornecidas pela organização, comparadas aos resultados consolidados do respectivo segmento (Tabela 1) e do grupo de organizações assemelhadas (Tabela 2), além do resultado geral da avaliação. Esse documento permitirá que a organização avalie sua governança e gestão de TI em relação às boas práticas e às demais organizações da Administração, constituindo valioso insumo na definição de objetivos, no planejamento e amadurecimento da TI.

A remessa deste documento foi determinada pelo item 9.1.2. do Acórdão 3.117/2014-TCU-Plenário, resultante do levantamento de governança de TI 2014. Informações adicionais acerca desta fiscalização e de outros trabalhos relacionados com o controle da governança de TI na APF estão disponíveis na página da Sefti: <http://www.tcu.gov.br/fiscalizacaoti>.

2. PERFIL DOS RESPONDENTES

As 372 organizações, que responderam ao questionário do Levantamento de Governança de TI – ciclo 2014, foram classificadas nos seguintes segmentos da Administração Pública Federal, tendo em vista uma melhor avaliação do comportamento dos dados: 1) EXE-Dest, abrangendo as empresas públicas federais e as sociedades de economia mista; 2) EXE-Sisp, abrangendo as organizações que fazem parte do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (Sisp); 3) JUD, abrangendo as organizações que integram o Poder Judiciário; 4) LEG, abrangendo as organizações que compõem o Poder Legislativo; 5) MPU, abrangendo as

organizações que constituem o Ministério Público da União (MPU); e 6) Terceiro Setor, abrangendo as organizações que não se enquadram em nenhum dos segmentos anteriores.

Tabela 1. Distribuição dos respondentes por segmento em 2014

Segmento	Quantidade
EXE-Dest	63
EXE-Sisp	229
JUD	65
LEG	3
MPU	6
Terceiro Setor	6
Total	372

As organizações também foram agrupadas por tipo, levando-se em consideração as seguintes situações: 1) os tipos utilizados são apenas parcialmente compatíveis com os utilizados no sistema Siorg. Usam-se também tipos referentes à atividade comercial e outros; 2) as organizações classificadas em um tipo mais especializado (ex: bancos) não estão computadas em um tipo mais genérico (ex: estatal); e 3) o tipo não está vinculado ao segmento (ex. o tipo tribunal aparece no segmento JUD, bem como no segmento LEG, com o Tribunal de Contas da União).

Tabela 2. Distribuição dos respondentes por Tipo de organização em 2014

Tipo	Quantidade
Agência	11
Autorquia	27
Banco	6
Casa legislativa	2
Companhia de Energia	14
Companhia Docas	8
Específico Singular (Adm. Direta)	8
Estatal	34
Fundação	15
Hospitais	8
Instituição de ensino	102
Ministério	28
Ministério Público	5
Organização social	6
Órgão Executivo (Adm. Direta)	22
Órgão Militar	10
Tribunal	66
Total	372

3. ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TI (iGovTI)

O índice de governança de TI (iGovTI) foi criado em 2010, no âmbito do 2º Levantamento de Governança de TI (Acórdão 2.308/2010-TCU-Plenário), com o propósito de orientar as organizações públicas no esforço de melhoria da governança e da gestão de TI. O índice também permite ao TCU avaliar, de um modo geral, a efetividade das ações adotadas para induzir a melhoria da situação de governança de TI na Administração Pública Federal.

O iGovTI é o resultado da consolidação das respostas das organizações públicas ao questionário de governança de TI elaborado pela Sefti, por meio de fórmula que resulta em um valor que varia de 0 a 1. De modo geral, o cálculo do iGovTI considera três níveis de consolidação:

- a) a ponderação dos itens de uma questão, gerando um número que varia de zero a um e que representa o grau de aderência da instituição à boa prática ou ao requisito legal que é objeto da questão;
- b) a ponderação das questões dentro de uma dimensão, gerando um número que varia de zero a um e que representa o grau de capacidade da organização na respectiva dimensão;
- c) a ponderação final dos valores encontrados para as dimensões, que representa o grau de capacidade da organização em governar sua TI na perspectiva do questionário aplicado.

A fórmula do iGovTI2014, em face das alterações ocorridas no questionário, com a exclusão de alguns itens e a inclusão de outros, difere da fórmula definida para o iGovTI2012. Contudo, a estrutura da fórmula, concebida ainda em 2010, foi mantida, conforme descrição a seguir:

- a) a fórmula das questões é definida, de modo geral, pela expressão: $q_n = a_1i_1 + a_2i_2 + \dots + a_ni_n$, onde cada parâmetro “a” (podendo assumir os valores da tabela abaixo: 0; 0,2; 0,5; e 1) representa um item respondido e cada parâmetro “i” (variando de 0 a 1) representa o peso desse item na questão.
- b) a fórmula das dimensões é definida pela expressão: $d_n = b_1q_1 + b_2q_2 + \dots + b_nq_n$, onde cada “b” (variando de 0 a 1) representa a nota de uma questão respondida e cada parâmetro “q” (variando de 0 a 1) representa o peso dessa questão na respectiva dimensão.
- c) a fórmula geral do índice de governança de TI 2014 é definida pela expressão: $iGovTI_{2014} = d_1p_1 + d_2p_2 + \dots + d_n p_n$, onde cada “d” (variando de 0 a 1) representa a nota da dimensão e cada parâmetro “p” (variando de 0 a 1) representa o peso dessa dimensão no cálculo de iGovTI.

Os itens com resposta padronizada podem assumir os seguintes valores, de acordo com a resposta assinalada, conforme tabela abaixo:

Tabela 3. Valores atribuídos a cada categoria de resposta do questionário

Categoria de Resposta	Valores
Não adota a prática	0,0
Iniciou ou concluiu plano para adotar a prática	0,2
Adota parcialmente a prática	0,5
Adota integralmente a prática	1,0

Os pesos constantes da fórmula foram definidos com base em análise fatorial, método estatístico que tem por objetivo identificar fatores (variáveis hipotéticas) que expliquem a correlação existente entre as variáveis.

Isto posto, a fórmula do iGovTI2014, até o nível de dimensão, pode ser observada na tabela a seguir. A fórmula completa consta do Apêndice I.

Tabela 4. Fórmula de cálculo do iGovTI2014

$$\begin{aligned} D1 &= (Q11 * 0.15 + Q12 * 0.14 + Q13 * 0.17 + Q14 * 0.14 + Q15 * 0.14 + Q17 * 0.16 + Q18 * 0.1) \\ D2 &= (Q21 * 0.44 + Q22 * 0.56) \\ D3 &= (Q31 * 0.66 + Q32 * 0.34) \\ D4 &= (Q41 * 0.48 + Q42 * 0.41 + Q43 * 0.11) \\ D5 &= (Q51 * 0.12 + Q52 * 0.1 + Q53 * 0.11 + Q54 * 0.13 + Q55 * 0.11 + Q56 * 0.11 + Q57 * 0.1 + Q58 * 0.11 + Q59 * 0.11) \\ D6 &= (Q61 * 0.3 + Q62 * 0.21 + Q63 * 0.28 + Q64 * 0.21) \\ iGovTI2014 &= (D1 * 0.21) + (D2 * 0.16) + (D3 * 0.16) + (D4 * 0.16) + (D5 * 0.19) + (D6 * 0.12) \end{aligned}$$

Apesar do detalhamento do processo de definição do iGovTI2014 constar no apêndice citado anteriormente, é importante esclarecer o motivo da exclusão das questões 1.6 e 5.10 da fórmula.

A questão 1.6, que trata da transparência dos resultados da gestão e do uso de TI, na dimensão Liderança, foi agrupada à questão 1.3, que aborda o processo de entrega de resultado de TI, para evitar que a sua única prática (da questão 1.6) ficasse supervalorizada em relação às demais.

A questão 5.10, que avalia as modalidades de licitação utilizadas pela organização em 2013, foi excluída da fórmula por ter apresentado correlação muito baixa e, em alguns casos, até levemente negativa com as demais questões. Isso pode ser reflexo da edição do Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário, que estabeleceu novos procedimentos para a utilização das atas de registro de preço, o que resultou em comportamento uniforme por parte das organizações, independente da capacidade de governança e de gestão de TI.

A fórmula atual sugere que a boa governança de TI depende do equilíbrio das dimensões avaliadas, com peso um pouco maior para as dimensões Liderança e Processos. Na prática, não é razoável uma organização com uma boa estrutura de governança e de gestão de TI apresentar

fragilidades significativas em uma ou mais das dimensões avaliadas. Dessa forma, para que a TI seja bem governada, as seguintes condições devem ser satisfeitas, sem exceção:

- a) ter uma forte estrutura de liderança que estabeleça os objetivos e a direção a seguir, sendo capaz de corrigir os possíveis desvios de rumo;
- b) estabelecer estratégias e planos que materializem a direção estabelecida, de forma a contribuir com o alcance dos objetivos da organização;
- c) dispor de informações tempestivas para subsidiar a tomada de decisão, bem como dar transparência das ações às partes interessadas;
- d) definir e estabelecer processos para implementar as políticas e entregar os resultados esperados, bem como para garantir a continuidade das ações;
- e) dispor de pessoas capazes de conduzir essa engrenagem organizacional de forma eficiente e efetiva.

Embora não se tenha forçado a aderência entre as fórmulas do iGovTI2014 e do iGovTI2012, apurou-se uma correlação não desprezível entre esses índices, com um coeficiente de correlação próximo de 0,53. Para isso, calculou-se o iGovTI2012 com os dados informados em 2014, levando-se em consideração a correspondência entre os questionários. Para tanto, foram consideradas as respostas de 2012 nos casos em que as questões do questionário de 2014 não eram compatíveis.

O iGovTI, todavia, não deve ser percebido como uma medida precisa da capacidade de governança e de gestão de TI de uma dada organização, haja vista que o questionário, apesar de abrangente, não é capaz de contemplar todas as variáveis que influenciam nessa avaliação.

Além disso, não obstante o esforço de tentar selecionar as práticas de maior relevância e aplicáveis ao maior número possível de organizações, é natural a existência de práticas que não sejam aplicáveis ou que não apresentem relação custo-benefício favorável para algumas organizações.

Registre-se, também, que o índice é calculado com base em informações declarativas, ainda não validadas pelo TCU. Portanto, não se pode afastar a imprecisão de algumas respostas apresentadas quanto à realidade das organizações, seja por interpretações equivocadas ou por falhas do próprio instrumento de avaliação.

Nesse contexto, o iGovTI não deve ser visto como um fim em si mesmo, ou seja, as organizações não deveriam trabalhar com metas de alcançar notas cada vez mais elevadas, independentemente do valor que seria agregado para a organização.

Cada organização deve, de fato, por meio de análise crítica das necessidades do seu negócio e dos riscos relevantes, e levando em consideração o diagnóstico apresentado pelo presente

levantamento, definir metas e desenvolver estratégias para fortalecer a sua governança de TI, como parte de seu processo de planejamento.

Resultado da Avaliação

As tabelas a seguir apresentam o iGovTI2014 e o iGovTI2012 dessa organização, decompostos por dimensão avaliada, bem como os respectivos níveis de capacidade.

Nos ciclos 2010 e 2012, foram utilizados três estágios de capacidade: 1) Inicial: iGovTI menor que 0,40; 2) Intermediário: iGovTI maior ou igual a 0,40 e menor que 0,60; 4) Aprimorado: iGovTI maior ou igual a 0,60.

No ciclo 2014, visando um melhor agrupamento das organizações por nível de capacidade em governança e gestão de TI, com um adequado direcionamento das ações de indução de melhoria, foram definidos os seguintes estágios de capacidade: 1) Inicial: iGovTI menor que 0,30; 2) Básico: iGovTI maior ou igual a 0,30 e menor que 0,50; 3) Intermediário: iGovTI maior ou igual a 0,50 e menor que 0,7; 4) Aprimorado: iGovTI maior ou igual a 0,7.

Tabela 5. Comparativo entre os níveis de capacidade 2012 e 2014

Nível de capacidade	2012	2014
Inicial	$0,00 \leq \text{iGovTI} < 0,40$	$0,00 \leq \text{iGovTI} < 0,30$
Básico	-	$0,30 \leq \text{iGovTI} < 0,50$
Intermediário	$0,40 \leq \text{iGovTI} < 0,60$	$0,50 \leq \text{iGovTI} < 0,70$
Aprimorado	$0,60 \leq \text{iGovTI} \leq 1,00$	$0,70 \leq \text{iGovTI} \leq 1,00$

Para verificar a evolução em relação a 2012, recomenda-se calcular o iGovTI2012 com base na situação atual da organização, o que pode ser feito por meio de uma página de cálculo do iGovTI2012, disponibilizada pelo TCU no seguinte endereço: <https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=9631:1>.

Tabela 6. Notas do iGovTI2014

iGovTI2014		
Nota	Nível de capacidade *	
0,38	Básico	
Dimensões Avaliadas	Nota	Nível de capacidade *
Liderança (D1)	0,15	Inicial
Estratégias e Planos (D2)	0,56	Intermediário
Informações (D3)	0,26	Inicial
Pessoas (D4)	0,69	Intermediário
Processos (D5)	0,19	Inicial
Resultados (D6)	0,57	Intermediário

Classificação 2014

Grupo Tribunal	Segmento JUD	Geral
48ª (de 66)	47ª (de 65)	238ª (de 372)

* Observa-se que, no levantamento de 2014, foi incluído um novo nível de capacidade e foram alteradas as faixas de notas relativas a cada nível. Desse modo, é importante considerar que as notas entre 0,30 e 0,39, que se situavam no nível inicial em 2012, passaram a ser classificadas no nível básico em 2014. As notas entre 0,40 e 0,49 deixaram de ser consideradas nível intermediário, como ocorria em 2012, passando a ser classificadas no nível básico em 2014. Por fim, as notas entre 0,60 e 0,69 passaram a integrar o nível intermediário em 2014, embora fossem classificadas no nível aprimorado em 2012.

Tabela 7. Notas do iGovTI2012

iGovTI2012		
Nota	Nível de capacidade *	
0,61	Aprimorado	
Dimensões Avaliadas	Nota	Nível de capacidade
Liderança (D1)	0,59	Intermediário
Estratégias e Planos (D2)	0,71	Aprimorado
Informação e Conhecimento (D3)	0,70	Aprimorado
Pessoas (D4)	0,67	Aprimorado
Processos (D5)	0,43	Intermediário
Resultados (D9)	0,82	Aprimorado

Classificação 2012

Grupo Tribunal	Segmento JUD	Geral
17ª (de 66)	16ª (de 65)	52ª (de 349)

* Níveis de capacidade utilizados até o levantamento 2012 (inicial, intermediário e aprimorado).

As figuras a seguir apresentam uma avaliação geral com base nos valores de iGovTI2014 apurados:

iGovTI2014 por tipo de organização			
Tipo de organização	Quantidade	Média de iGovTI2014	Desvio Padrão
Agência	11	0,52	0,07
Autarquia	27	0,47	0,16
Banco	6	0,70	0,11
Companhia de Energia	14	0,56	0,14
Companhia Docas	8	0,20	0,12
Específico Singular (Adm. Direta)	8	0,37	0,12
Estatal	34	0,53	0,21
Fundação	15	0,39	0,19
Hospital	8	0,34	0,23
Instituição de Ensino	102	0,38	0,15
Ministério	28	0,49	0,20
Ministério Público	5	0,58	0,11
Organização Social	6	0,40	0,18
Órgão Executivo (Adm. Direta)	22	0,43	0,15
Órgão Militar	10	0,63	0,08
Tribunal	66	0,46	0,13

Figura 1. Médias do iGovTI2014 por tipo de organização

Segmento	Quantidade	Média de iGovTI2014	Desvio Padrão
EXE-Dest	63	0,51	0,22
EXE-Sisp	229	0,42	0,17
JUD	65	0,45	0,13
LEG	3	0,49	0,18
MPU	6	0,51	0,21
Terceiro Setor	6	0,40	0,18

Figura 2. Médias do iGovTI2014 por segmento

Média de iGovTI2014	Quantidade	Desvio Padrão
0,45	372	0,17

Figura 3. Média geral do iGovTI2014

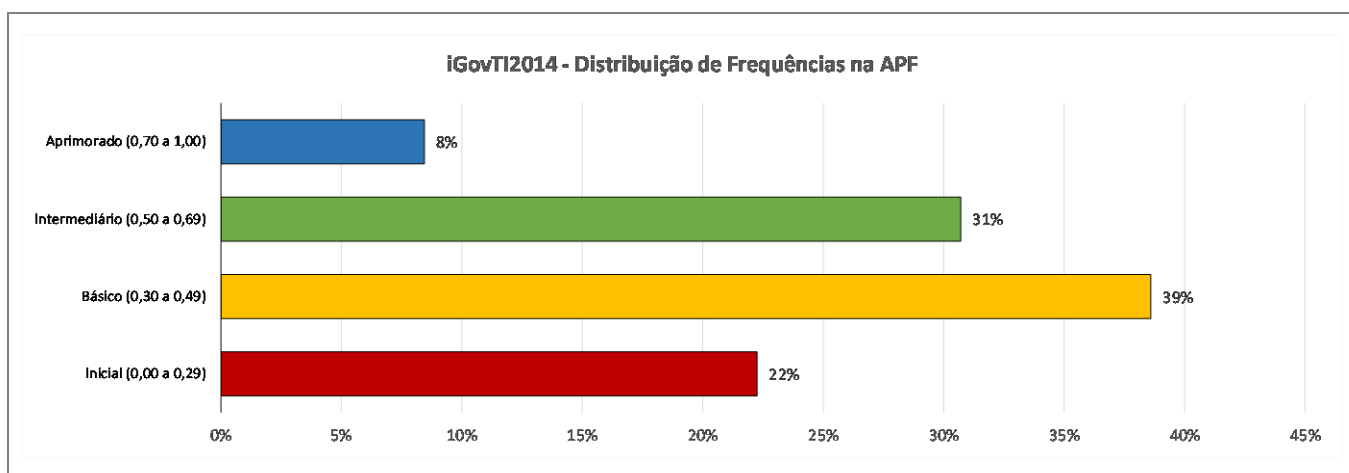


Figura 4. Distribuição das organizações por estágios do iGovTI2014

4. COMPARATIVO ENTRE OS LEVANTAMENTOS 2014 E 2012

Essa parte do relatório traz as respostas da organização nos levantamentos de governança de TI 2014 e 2012, com base no questionário utilizado em 2014. Quando não existir correspondência entre os questionários, o local destinado à resposta 2012 receberá o termo “N/C”, que indica a não compatibilidade do item em relação ao questionário 2012. A organização que não participou do levantamento 2012 terá o local destinado à resposta individual sinalizado com o termo “N/A”, que significa não avaliada.

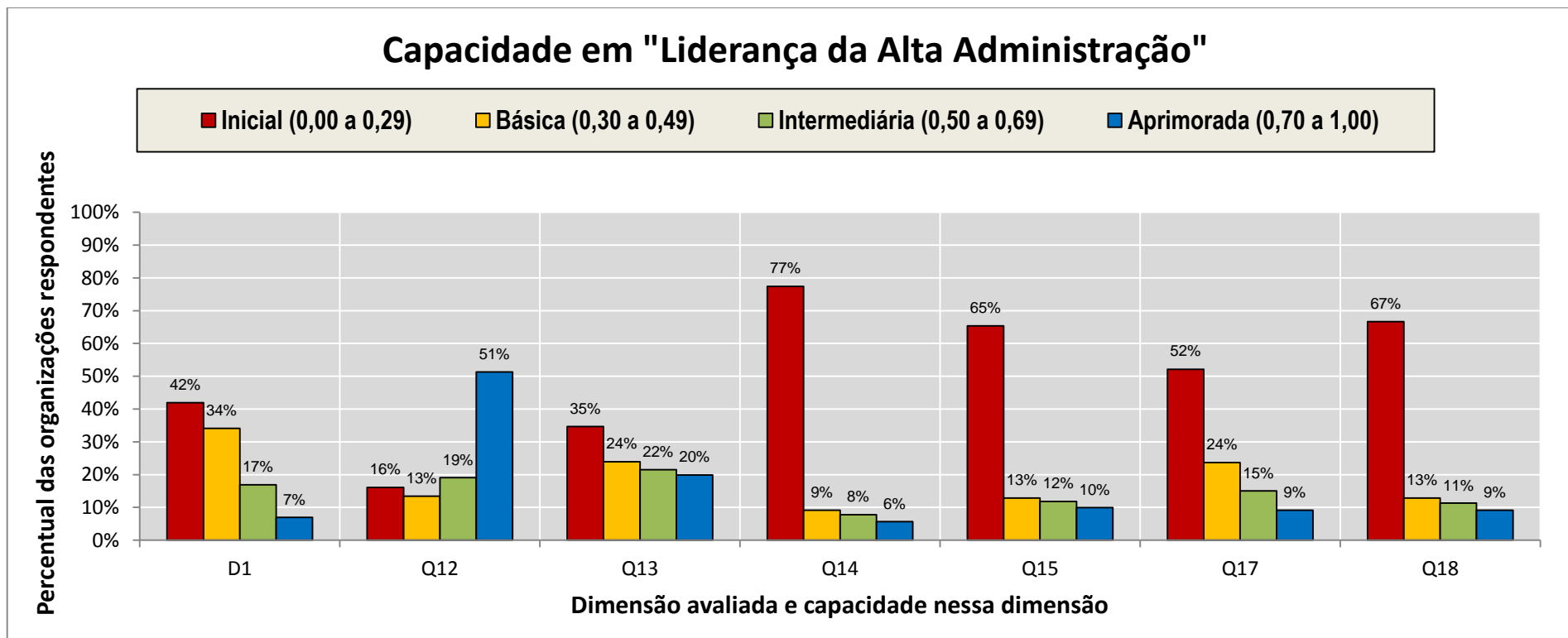
Com o intuito de permitir que a organização avalie sua situação perante as demais organizações públicas federais, são apresentados os percentuais relativos a cada resposta, distribuídos por tipo de organização e por segmento, bem como o percentual geral.

Visando dar maior esclarecimento e transparência ao cálculo do índice de governança de TI 2014 (iGovTI2014), são apresentadas as notas obtidas pela organização em cada dimensão, bem como a respectiva fórmula, desdobrada por questão. A fórmula completa consta do Apêndice I deste documento.

Governança Corporativa e de TI

1. Liderança da alta administração (D1)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade em liderança da alta administração da organização;
- **Questões:** 1.1 (Q11), 1.2 (Q12), 1.3 (Q13), 1.4 (Q14), 1.5 (Q15), 1.6 (Q16), 1.7 (Q17) e 1.8 (Q18)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2014:** Q11, Q12, Q13, Q14, Q15, Q16, Q17 e Q18
- **Cálculo de D1 no iGovTI2014:** $Q11 * 0.15 + Q12 * 0.14 + Q13 * 0.17 + Q14 * 0.14 + Q15 * 0.14 + Q17 * 0.16 + Q18 * 0.1$
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D1): 0,15**
- **Peso da dimensão no iGovTI2014:** 21%
- **Distribuição das organizações avaliadas por nível de capacidade:**





1.1. Com relação ao sistema de governança corporativa:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização define e comunica formalmente papéis e responsabilidades para a governança corporativa.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	29%	11%	32%	27%	
	Judiciário	2%	29%	11%	32%	26%	
	Geral	1%	18%	14%	25%	42%	
b. a organização dispõe de um comitê de direção estratégica formalmente instituído, que auxilia nas decisões relativas às diretrizes, estratégias, políticas e no acompanhamento da gestão institucional.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	8%	5%	15%	73%	85%
	Judiciário	0%	8%	5%	15%	72%	85%
	Geral	2%	14%	9%	19%	56%	52%
c. a organização realiza avaliações sobre a definição e compreensão dos papéis e responsabilidades organizacionais.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	55%	14%	17%	14%	30%
	Judiciário	2%	54%	14%	17%	14%	29%
	Geral	2%	34%	12%	27%	26%	44%
d. a organização dispõe de um código de ética formalmente instituído, bem como divulga e monitora o seu cumprimento.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	29%	29%	21%	21%	18%
	Judiciário	0%	29%	29%	20%	22%	17%
	Geral	1%	21%	11%	24%	42%	50%
e. a organização dispõe de uma política corporativa de gestão de riscos formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	67%	23%	9%	0%	3%
	Judiciário	2%	66%	23%	9%	0%	3%
	Geral	1%	55%	22%	11%	11%	8%



f. a organização dispõe de uma política corporativa de gestão de continuidade do negócio formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	59%	20%	12%	8%	6%
	Judiciário	2%	60%	18%	12%	8%	6%
	Geral	3%	53%	17%	18%	9%	6%

1.2. Com relação ao sistema de governança de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização define e comunica formalmente papéis e responsabilidades mais relevantes para a governança e gestão de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	17%	15%	41%	26%	33%
	Judiciário	2%	17%	15%	42%	25%	32%
	Geral	1%	18%	16%	28%	37%	42%
b. a organização dispõe de um comitê de TI formalmente instituído, composto por representantes de áreas relevantes da organização.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	3%	6%	3%	88%	77%
	Judiciário	0%	3%	6%	3%	88%	77%
	Geral	1%	6%	7%	10%	76%	72%
c. o comitê de TI realiza as atividades previstas em seu ato constitutivo.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	9%	12%	29%	50%	47%
	Judiciário	0%	9%	12%	29%	49%	48%
	Geral	3%	10%	10%	28%	49%	45%
d. a organização prioriza as ações de TI com apoio do comitê de TI (ou colegiado equivalente), que atua como instância consultiva da alta administração.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	12%	12%	17%	59%	35%
	Judiciário	0%	12%	12%	17%	58%	34%
	Geral	2%	14%	12%	22%	50%	26%

1.3. Com relação à entrega de resultado da TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização define formalmente diretrizes para o planejamento de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	15%	12%	20%	53%	35%
	Judiciário	0%	15%	12%	20%	52%	34%
	Geral	1%	18%	17%	21%	44%	29%
b. a organização define formalmente diretrizes para gestão do portfólio de projetos e serviços de TI, inclusive para definição de critérios de priorização e de alocação orçamentária.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	27%	17%	45%	11%	20%
	Judiciário	0%	26%	17%	46%	11%	20%
	Geral	1%	26%	22%	36%	15%	13%
c. a organização define formalmente diretrizes para contratação de bens e serviços de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	11%	26%	27%	36%	12%
	Judiciário	0%	11%	26%	26%	37%	12%
	Geral	1%	14%	15%	28%	43%	24%
d. a organização define formalmente diretrizes para avaliação do desempenho dos serviços de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	44%	15%	27%	12%	14%
	Judiciário	2%	43%	15%	28%	12%	12%
	Geral	1%	36%	23%	26%	14%	9%



1.4. Com relação aos riscos de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização define formalmente as diretrizes para gestão dos riscos de TI aos quais o negócio está exposto.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	55%	29%	12%	3%	3%
	Judiciário	2%	54%	29%	12%	3%	3%
	Geral	1%	40%	34%	18%	7%	8%
b. a organização define e comunica formalmente papéis e responsabilidades pela gestão de riscos de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	61%	23%	12%	3%	
	Judiciário	2%	62%	23%	11%	3%	
	Geral	1%	45%	28%	18%	8%	
c. a organização define formalmente os níveis de risco de TI aceitáveis na consecução de seus objetivos (apetite a risco).	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	67%	26%	6%	0%	
	Judiciário	2%	66%	26%	6%	0%	
	Geral	1%	52%	32%	10%	4%	
d. a organização toma decisões estratégicas considerando os níveis de risco de TI definidos.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	70%	20%	9%	0%	
	Judiciário	2%	71%	20%	8%	0%	
	Geral	1%	51%	26%	17%	5%	

1.5. Com relação ao pessoal de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização define formalmente diretrizes para garantir o desenvolvimento de competências e a retenção de gestores de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	42%	23%	30%	3%	9%
	Judiciário	2%	43%	23%	29%	3%	8%
	Geral	2%	42%	19%	28%	9%	10%
b. a organização define formalmente diretrizes para garantir o desenvolvimento de competências e a retenção de pessoal técnico de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	41%	27%	29%	2%	9%
	Judiciário	2%	42%	28%	28%	2%	8%
	Geral	3%	38%	22%	28%	10%	11%
c. a organização define formalmente diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de gestores de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	62%	18%	11%	8%	14%
	Judiciário	2%	63%	18%	9%	8%	12%
	Geral	3%	54%	13%	16%	14%	15%
d. a organização define formalmente diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de pessoal técnico de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	58%	18%	14%	9%	12%
	Judiciário	2%	58%	18%	12%	9%	11%
	Geral	3%	45%	15%	18%	19%	19%
e. a organização define formalmente diretrizes para escolha dos líderes da área de TI, ocupantes dos cargos de chefia e de assessoramento.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	71%	18%	5%	5%	
	Judiciário	2%	71%	18%	5%	5%	
	Geral	3%	61%	13%	13%	10%	



1.6. Com relação à transparência da gestão e uso de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização define formalmente diretrizes para comunicação com as partes interessadas (público interno e externo) sobre os resultados da gestão e do uso de TI, contemplando o meio de divulgação, o conteúdo, a frequência e o formato das comunicações.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	3%	56%	17%	21%	3%	
	Judiciário	3%	55%	17%	22%	3%	
	Geral	1%	44%	21%	25%	9%	

1.7. Com relação ao monitoramento da governança e da gestão de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização define formalmente diretrizes para avaliação da governança e da gestão de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	42%	33%	18%	5%	2%
	Judiciário	2%	43%	34%	17%	5%	0%
	Geral	1%	46%	27%	18%	9%	11%
b. a organização realiza avaliação periódica de governança e de gestão de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	44%	21%	26%	8%	17%
	Judiciário	2%	45%	22%	25%	8%	17%
	Geral	1%	42%	23%	24%	9%	11%
c. a organização realiza avaliação periódica de sistemas de informação.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	3%	58%	11%	21%	8%	8%
	Judiciário	3%	58%	11%	20%	8%	6%
	Geral	1%	43%	19%	28%	9%	17%
d. a organização realiza avaliação periódica de segurança da informação.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	3%	45%	23%	15%	14%	14%
	Judiciário	3%	46%	23%	15%	12%	12%
	Geral	1%	34%	27%	24%	14%	19%
e. a organização realiza avaliação periódica de contratos de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	38%	9%	23%	29%	36%
	Judiciário	2%	38%	9%	23%	28%	35%
	Geral	2%	26%	12%	28%	32%	29%

1.8. Com relação à auditoria interna:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a auditoria interna possui pessoal capacitado para avaliar a governança e a gestão de TI. Quantitativo desse pessoal: .	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	42%	20%	24%	14%	
	Judiciário	0%	42%	20%	25%	14%	
	Geral	10%	48%	13%	17%	13%	
b. a auditoria interna monitora as ações de governança e de gestão de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	33%	27%	29%	11%	
	Judiciário	0%	34%	28%	28%	11%	
	Geral	9%	38%	17%	25%	10%	
c. a organização aprova, de forma periódica, plano de auditoria que inclua avaliação da governança e da gestão de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	17%	26%	29%	29%	
	Judiciário	0%	17%	26%	28%	29%	
	Geral	9%	40%	13%	15%	23%	
d. a auditoria interna avalia a gestão de riscos de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	62%	24%	9%	5%	
	Judiciário	0%	63%	25%	8%	5%	
	Geral	9%	56%	17%	13%	5%	
e. a auditoria interna avalia os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	64%	24%	9%	3%	8%
	Judiciário	0%	65%	25%	8%	3%	6%
	Geral	9%	47%	16%	16%	12%	15%

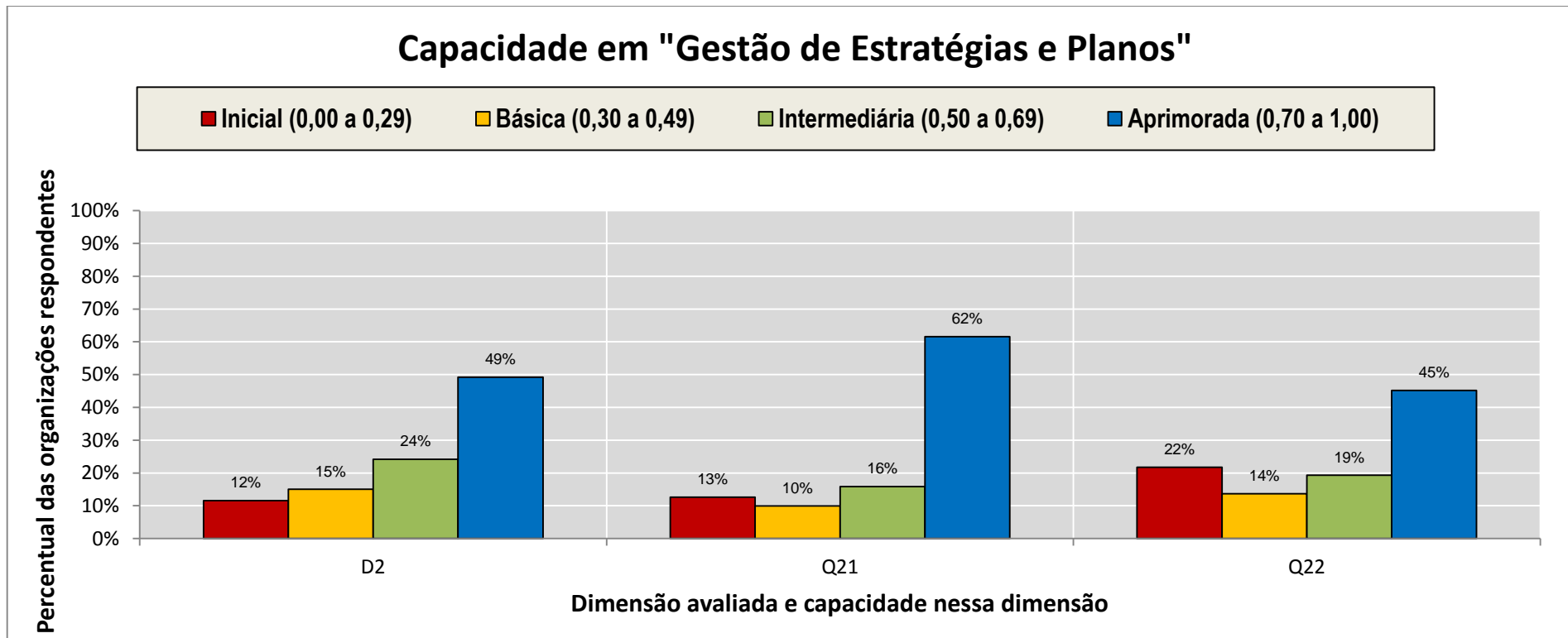


f. a auditoria interna avalia as respostas apresentadas aos questionários dos Levantamentos de Governança de TI realizados pelo TCU.	Organização	○	●	○	○	○	N/C
	Tribunal	2%	45%	20%	23%	11%	
	Judiciário	2%	46%	20%	22%	11%	
	Geral	9%	38%	16%	16%	21%	

Controles de Gestão

2. Estratégias e Planos (D2)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da organização em controle da gestão de estratégias e planos;
- **Questões:** 2.1 (Q21) e 2.2 (Q22)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2014:** Q21 e Q22
- **Cálculo de D2 no iGovTI2014:** $Q21 * 0.44 + Q22 * 0.56$
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D2): 0,56**
- **Peso da Dimensão no iGovTI2014:** 16%
- **Distribuição das organizações avaliadas por nível de capacidade:**





2.1. Com relação ao planejamento estratégico institucional:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
<i>Processo</i>							
a. a organização executa periodicamente processo de planejamento estratégico institucional.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	2%	2%	14%	83%	98%
	Judiciário	0%	2%	2%	14%	83%	98%
	Geral	0%	5%	12%	19%	65%	84%
b. o processo de planejamento estratégico institucional prevê a participação das áreas mais relevantes da organização.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	3%	2%	6%	89%	
	Judiciário	0%	3%	2%	6%	89%	
	Geral	0%	5%	7%	10%	78%	
c. o processo de planejamento estratégico institucional prevê a participação da área de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	3%	3%	3%	91%	
	Judiciário	0%	3%	3%	3%	91%	
	Geral	0%	7%	10%	15%	69%	
d. o processo de planejamento estratégico institucional está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	14%	6%	6%	74%	95%
	Judiciário	0%	14%	6%	6%	74%	95%
	Geral	1%	17%	14%	16%	53%	67%
<i>Plano Vigente</i>							
e. a organização possui plano estratégico institucional vigente, formalmente instituído pelo seu dirigente máximo.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	0%	0%	0%	100%	



	Judiciário	0%	0%	0%	0%	100%	
	Geral	0%	8%	10%	13%	70%	
f. o plano estratégico institucional vigente contém pelo menos um indicador de resultado para quantificar o cumprimento de cada objetivo estratégico estabelecido.	Organização	○	○	○	○	●	N/C
	Tribunal	0%	0%	0%	8%	92%	
	Judiciário	0%	0%	0%	8%	92%	
	Geral	2%	12%	14%	21%	51%	
g. o plano estratégico institucional vigente contém metas de curto, médio e longo prazos, associadas aos indicadores de resultado.	Organização	○	○	○	○	●	N/C
	Tribunal	0%	3%	3%	17%	77%	
	Judiciário	0%	3%	3%	17%	77%	
	Geral	2%	14%	15%	28%	42%	
h. o plano estratégico institucional vigente estabelece os projetos e ações considerados necessários e suficientes para o alcance das metas fixadas.	Organização	○	○	○	○	●	N/C
	Tribunal	0%	3%	5%	26%	67%	
	Judiciário	0%	3%	5%	26%	66%	
	Geral	2%	11%	12%	23%	52%	
i. a execução do plano estratégico institucional vigente é acompanhada periodicamente quanto ao alcance das metas estabelecidas, para correção de desvios.	Organização	○	○	○	○	●	N/C
	Tribunal	0%	8%	5%	23%	65%	
	Judiciário	0%	8%	5%	23%	65%	
	Geral	3%	13%	16%	23%	46%	
j. o plano estratégico institucional vigente está publicado na internet para acesso livre. URL: https://www.trt13.jus.br/age/planejamento-estrategico	Organização	○	○	○	○	●	☒
	Tribunal	0%	8%	3%	2%	88%	83%
	Judiciário	0%	8%	3%	0%	89%	83%
	Geral	4%	24%	13%	8%	52%	43%

2.2. Com relação ao planejamento de tecnologia da informação:

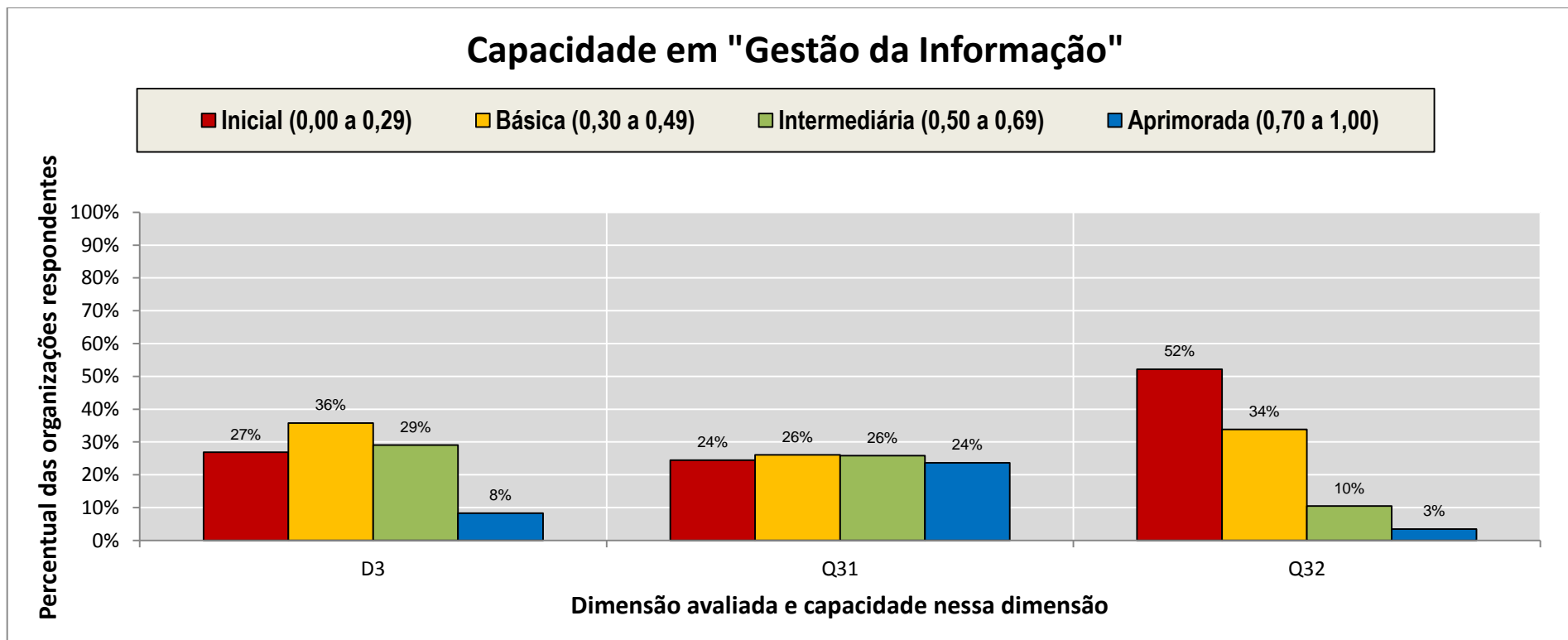
Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
<i>Processo</i>							
a. a organização executa periodicamente processo de planejamento de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	11%	17%	15%	58%	98%
	Judiciário	0%	11%	17%	15%	57%	98%
	Geral	1%	8%	17%	19%	56%	75%
b. o processo de planejamento de TI prevê a participação das áreas mais relevantes da organização.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	18%	17%	17%	48%	
	Judiciário	0%	18%	17%	17%	48%	
	Geral	1%	9%	13%	17%	58%	
c. o processo de planejamento de TI prevê o apoio do comitê de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	12%	21%	6%	59%	
	Judiciário	2%	12%	22%	6%	58%	
	Geral	3%	11%	14%	11%	62%	
d. o processo de planejamento de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	32%	26%	5%	36%	92%
	Judiciário	2%	32%	26%	5%	35%	92%
	Geral	2%	25%	22%	12%	39%	44%
<i>Plano Vigente</i>							
e. a organização possui plano de TI vigente, formalmente instituído pelo seu dirigente máximo.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	6%	3%	5%	86%	35%



	Judiciário	0%	6%	3%	5%	86%	34%
	Geral	1%	11%	15%	10%	64%	47%
f. o plano de TI vigente contempla objetivos, indicadores e metas para a TI, com os objetivos explicitamente alinhados aos objetivos de negócio constantes do plano estratégico institucional.	Organização	○	○	○	○	●	N/C
	Tribunal	2%	3%	3%	20%	73%	
	Judiciário	2%	3%	3%	20%	72%	
	Geral	3%	12%	14%	24%	48%	
g. o plano de TI vigente contém alocação de recursos (orçamentários, humanos e materiais) e estratégia de execução indireta (terceirização).	Organização	○	●	○	○	○	N/C
	Tribunal	2%	35%	12%	32%	20%	
	Judiciário	2%	35%	12%	31%	20%	
	Geral	3%	21%	16%	32%	28%	
h. a execução do plano de TI vigente é acompanhada periodicamente quanto ao alcance das metas estabelecidas, para correção de desvios.	Organização	○	○	○	●	○	N/C
	Tribunal	2%	18%	14%	29%	38%	
	Judiciário	2%	18%	14%	29%	37%	
	Geral	3%	16%	23%	27%	32%	
i. o plano de TI vigente vincula as ações (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio.	Organização	○	○	○	○	●	□
	Tribunal	2%	26%	8%	23%	42%	38%
	Judiciário	2%	25%	8%	23%	43%	37%
	Geral	3%	24%	22%	24%	27%	31%
j. o plano de TI vigente fundamenta a proposta orçamentária de TI.	Organização	○	○	●	○	○	□
	Tribunal	2%	20%	11%	23%	45%	27%
	Judiciário	2%	20%	11%	23%	45%	28%
	Geral	3%	17%	19%	23%	38%	32%

3. Informações (D3)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da organização em controle da gestão de informação e conhecimento
- **Questões:** 3.1 (Q31) e 3.2 (Q32)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2014:** Q31 e Q32
- **Cálculo de D3 no iGovTI2014:** $Q31 * 0.66 + Q32 * 0.34$
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D3): 0,26**
- **Peso da dimensão no iGovTI2014:** 16%
- **Distribuição das organizações avaliadas por nível de capacidade:**





3.1. Com relação à informatização dos processos organizacionais:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização identifica e mapeia os principais processos de negócio.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	14%	26%	32%	29%	39%
	Judiciário	0%	14%	26%	31%	29%	38%
	Geral	1%	11%	23%	38%	27%	40%
b. os principais processos de negócio da organização são suportados por sistemas informatizados.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	3%	0%	33%	64%	80%
	Judiciário	0%	3%	0%	34%	63%	80%
	Geral	1%	4%	6%	48%	41%	83%
c. há catálogo publicado com informações atualizadas de cada um dos sistemas informatizados.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	21%	29%	33%	17%	
	Judiciário	0%	22%	28%	34%	17%	
	Geral	1%	32%	26%	25%	17%	
d. a organização designa formalmente responsáveis da área de negócio para a gestão dos respectivos sistemas informatizados.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	26%	12%	36%	24%	33%
	Judiciário	2%	26%	12%	37%	23%	32%
	Geral	1%	23%	16%	31%	28%	39%

3.2. Com relação à transparência das informações relacionadas à gestão e uso de TI:

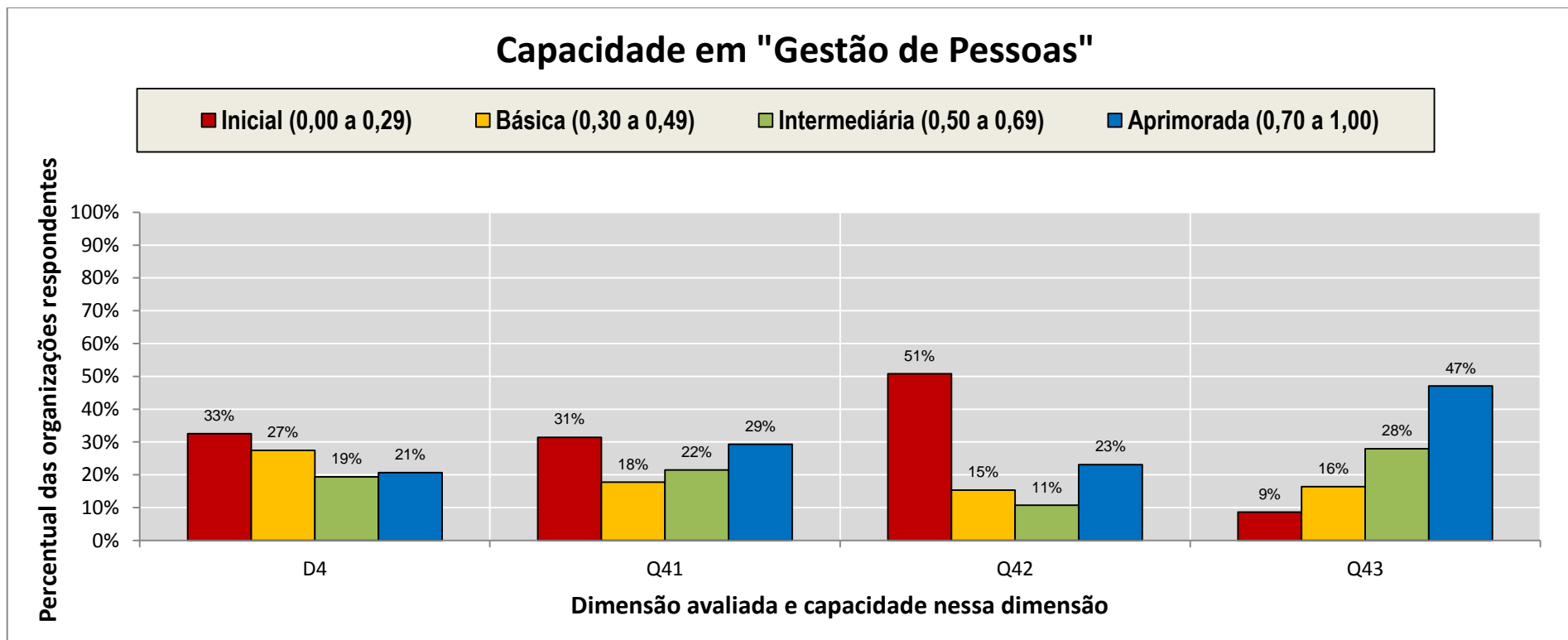
Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. os planos de TI vigentes são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	24%	9%	18%	48%	15%
	Judiciário	0%	25%	9%	17%	49%	14%
	Geral	4%	26%	14%	15%	41%	21%
b. as informações sobre o alcance dos objetivos de TI planejados são divulgadas na internet, sendo facilmente acessadas.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	53%	24%	14%	9%	
	Judiciário	0%	52%	25%	14%	9%	
	Geral	4%	46%	24%	13%	13%	
c. as informações sobre o acompanhamento das ações e dos projetos de TI são divulgadas na internet, sendo facilmente acessadas.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	62%	23%	9%	6%	
	Judiciário	0%	62%	23%	9%	6%	
	Geral	4%	56%	24%	9%	6%	
d. os editais, seus respectivos anexos e os resultados das licitações de TI (inteiro teor) são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	3%	0%	12%	85%	89%
	Judiciário	0%	3%	0%	12%	85%	89%
	Geral	1%	7%	4%	18%	70%	73%
e. os estudos técnicos preliminares (inteiro teor) são divulgados na internet, juntamente com os editais de licitação de TI, sendo facilmente acessados.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	6%	61%	18%	5%	11%	
	Judiciário	6%	60%	18%	5%	11%	
	Geral	5%	57%	11%	15%	12%	



f. os contratos de TI e os respectivos aditivos (inteiro teor) são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	3%	24%	6%	8%	59%	89%
	Judiciário	3%	25%	6%	8%	58%	89%
	Geral	2%	34%	10%	16%	38%	73%
g. a execução orçamentária de TI, ao longo do exercício, é divulgada na internet, sendo facilmente acessada.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	45%	8%	15%	30%	89%
	Judiciário	2%	46%	8%	15%	29%	89%
	Geral	5%	51%	12%	12%	21%	73%
h. as respostas aos questionários dos levantamentos de governança de TI realizados pelo TCU, bem como os respectivos relatórios de feedback, são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	74%	15%	3%	8%	32%
	Judiciário	0%	75%	15%	2%	8%	32%
	Geral	4%	67%	16%	5%	8%	41%
i. as informações sobre gestão e uso de TI divulgadas pela organização atendem aos princípios dos "Dados Abertos Governamentais" (http://dados.gov.br/dados-abertos).	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	6%	64%	12%	11%	8%	
	Judiciário	6%	63%	12%	11%	8%	
	Geral	5%	59%	17%	11%	8%	

4. Pessoas (D4)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da organização em controle da gestão de pessoas
- **Questões:** 4.1 (Q41), 4.2 (Q42) e 4.3 (Q43)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2014:** Q41, Q42 e Q43
- **Cálculo de D4 no iGovTI2014:** $Q41 * 0.48 + Q42 * 0.41 + Q43 * 0.11$
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D4): 0,69**
- **Peso da dimensão no iGovTI2014:** 16%
- **Distribuição das organizações avaliadas por nível de capacidade:**





4.1. Com relação ao desenvolvimento de competências de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização define as competências necessárias para o pessoal de TI executar suas atividades.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	20%	30%	21%	29%	
	Judiciário	0%	20%	31%	22%	28%	
	Geral	1%	18%	19%	33%	29%	
b. a organização define critérios para avaliação e atendimento dos pedidos de capacitação.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	17%	12%	24%	47%	
	Judiciário	0%	17%	12%	25%	46%	
	Geral	1%	16%	12%	29%	42%	
c. a organização elabora, periodicamente, plano de capacitação para suprir as necessidades de desenvolvimento de competências de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	3%	14%	21%	62%	58%
	Judiciário	0%	3%	14%	22%	62%	57%
	Geral	1%	12%	15%	29%	43%	49%
d. a organização acompanha a execução do plano de capacitação, com identificação e correção de desvios.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	12%	11%	30%	47%	14%
	Judiciário	0%	12%	11%	31%	46%	12%
	Geral	2%	27%	14%	32%	25%	11%
e. a organização avalia a execução do plano de capacitação, verificando se os objetivos e resultados esperados foram alcançados.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	24%	23%	33%	20%	5%
	Judiciário	0%	25%	23%	34%	18%	5%
	Geral	2%	33%	16%	30%	19%	5%



f. o plano de capacitação inclui o desenvolvimento de competências em gestão de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	12%	14%	21%	53%	
	Judiciário	0%	12%	14%	22%	52%	
	Geral	2%	21%	15%	24%	39%	
g. o plano de capacitação inclui o desenvolvimento de competências em contratação de bens e serviços de TI e na gestão dos contratos decorrentes.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	18%	11%	18%	53%	
	Judiciário	0%	18%	11%	18%	52%	
	Geral	2%	22%	14%	26%	37%	
h. a organização possui algum programa de benefício, financeiro ou não, para incentivar o desenvolvimento de competências do pessoal de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	5%	42%	3%	6%	44%	
	Judiciário	5%	43%	3%	6%	43%	
	Geral	5%	45%	6%	17%	28%	

4.2. Com relação ao desempenho do pessoal de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização estabelece metas de desempenho para o pessoal de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	77%	8%	5%	11%	
	Judiciário	0%	78%	8%	5%	9%	
	Geral	3%	49%	13%	13%	22%	
b. a organização avalia periodicamente o desempenho do pessoal de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	53%	3%	15%	29%	
	Judiciário	0%	54%	3%	15%	28%	
	Geral	2%	31%	9%	20%	37%	
c. a organização estabelece benefício, financeiro ou não, em função do desempenho alcançado pelo pessoal de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	5%	85%	2%	3%	6%	
	Judiciário	5%	86%	2%	3%	5%	
	Geral	10%	58%	3%	11%	19%	

4.3. Com relação à força de trabalho de TI:

Obs: os números relativos ao tipo, segmento e geral, nos itens "a" a "f", correspondem ao somatório dos valores individuais.

Itens	Resposta	Quantitativo	
		2014	2012
a. quantitativo previsto e aprovado como força de trabalho em TI.	Organização	43	35
	Tribunal	4.018	3.359
	Judiciário	3.852	3.188
	Geral	41.466	45.065
b. quantitativo necessário (ideal) como força de trabalho em TI.	Organização	50	50
	Tribunal	6.906	5.660
	Judiciário	6.690	5.489
	Geral	55.734	53.663
c. quantitativo total da força de trabalho existente (real) em TI.	Organização	27	33
	Tribunal	4.960	4.250
	Judiciário	4.819	4.116
	Geral	54.677	53.847
d. quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos da carreira de TI da própria instituição.	Organização	19	24
	Tribunal	3.108	2.389
	Judiciário	2.970	2.275
	Geral	46.109	29.557
e. quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos de outras carreiras (não TI) da própria instituição.	Organização	8	7
	Tribunal	1.477	1.188
	Judiciário	1.474	1.168
	Geral	48.456	36.642
f. quantitativo de servidores/empregados públicos cedidos de outras instituições públicas.	Organização	1	3
	Tribunal	183	148
	Judiciário	183	148



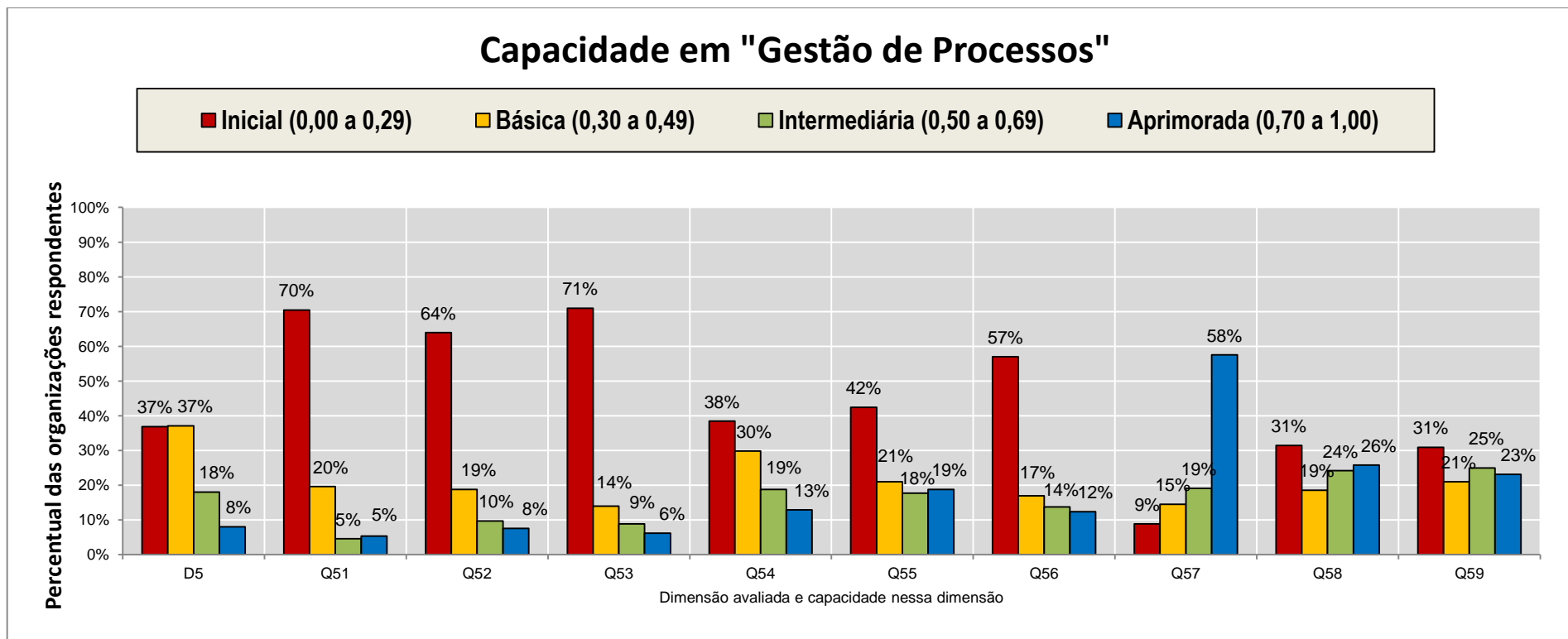
	Geral	970	685
g. quantitativo de servidores/empregados públicos não efetivos em cargos de livre nomeação.	Organização	1	0
	Tribunal	16	14
	Judiciário	16	14
	Geral	323	293
h. quantitativo de estagiários.	Organização	0	0
	Tribunal	656	470
	Judiciário	597	415
	Geral	3.424	2.579
i. quantitativo de terceirizados que trabalham regularmente no ambiente da instituição (contratos de serviços continuados com cessão de mão de obra).	Organização	0	0
	Tribunal	1.594	1.222
	Judiciário	1.525	1.161
	Geral	14.131	18.865
j. quantitativo de terceirizados que trabalham no ambiente da instituição para execução de projetos de tempo determinado.	Organização	0	0
	Tribunal	117	33
	Judiciário	57	33
	Geral	5.118	12.003
k. quantitativo de servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na área de TI da instituição.	Organização	3	2
	Tribunal	363	319
	Judiciário	327	292
	Geral	3.344	2.490
l. quantitativo de servidores/empregados públicos do quadro de TI que NÃO atuam na instituição.	Organização	1	0
	Tribunal	131	109
	Judiciário	131	109
	Geral	748	608
m. Outros.	Organização	0	0
	Tribunal	155	119
	Judiciário	155	119



	Geral	1.021	1.255
n. (item b1) o quantitativo considerado ideal (item b) foi estimado com base em estudo técnico de avaliação quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal da área de TI.	Organização	<input checked="" type="checkbox"/>	N/C
	Tribunal	58%	
	Judiciário	57%	
	Geral	50%	

5. Processos (D5)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da organização em controle da gestão de processos
- **Questões:** 5.1 (Q51), 5.2 (Q52), 5.3 (Q53), 5.4 (Q54), 5.5 (Q55), 5.6 (Q56), 5.7 (Q57), 5.8 (Q58), 5.9 (Q59) e 5.10 (Q510)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2014:** Q51, Q52, Q53, Q54, Q55, Q56, Q57, Q58 e Q59
- **Cálculo de D5 no iGovTI2014:** $Q51 * 0.12 + Q52 * 0.1 + Q53 * 0.11 + Q54 * 0.13 + Q55 * 0.11 + Q56 * 0.11 + Q57 * 0.1 + Q58 * 0.11 + Q59 * 0.11$
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D5): 0,19**
- **Peso da dimensão no iGovTI2014:** 19%
- **Distribuição das organizações avaliadas por nível de capacidade:**





5.1. Com relação aos processos de gerenciamento de serviços de TI:

Obs.: conceitos baseados na biblioteca ITIL v.3

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
<i>Desenho de serviço</i>							
a. a organização executa processo de gerenciamento do catálogo de serviços.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	3%	23%	45%	20%	9%	24%
	Judiciário	3%	23%	45%	20%	9%	23%
	Geral	2%	28%	38%	24%	9%	19%
b. o processo de gerenciamento do catálogo de serviços está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	3%	52%	42%	2%	2%	
	Judiciário	3%	52%	42%	2%	2%	
	Geral	2%	49%	36%	7%	5%	
c. a organização executa processo de gerenciamento da continuidade dos serviços de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	3%	47%	33%	17%	0%	8%
	Judiciário	3%	48%	34%	15%	0%	8%
	Geral	2%	36%	33%	23%	7%	17%
d. o processo de gerenciamento de continuidade dos serviços de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	3%	61%	32%	3%	2%	
	Judiciário	3%	62%	31%	3%	2%	
	Geral	2%	57%	31%	5%	5%	
<i>Transição de serviço</i>							
e. a organização executa processo de gerenciamento de mudanças.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	38%	32%	23%	6%	12%



	Judiciário	2%	38%	32%	22%	6%	11%
	Geral	2%	37%	27%	23%	11%	21%
f. o processo de gerenciamento de mudanças está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	52%	42%	5%	0%	
	Judiciário	2%	52%	43%	3%	0%	
	Geral	2%	57%	26%	7%	9%	
g. a organização executa processo de gerenciamento de configuração e ativos.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	29%	38%	30%	2%	20%
	Judiciário	2%	29%	38%	29%	2%	20%
	Geral	1%	25%	30%	36%	8%	29%
h. o processo de gerenciamento de configuração e ativos está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	55%	38%	5%	2%	
	Judiciário	2%	55%	38%	3%	2%	
	Geral	2%	53%	29%	9%	7%	
i. a organização executa processo de gerenciamento de liberação e implantação.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	47%	23%	23%	6%	8%
	Judiciário	2%	48%	23%	22%	6%	6%
	Geral	1%	40%	24%	25%	9%	16%
j. o processo de gerenciamento de liberação e implantação está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	64%	30%	5%	0%	
	Judiciário	2%	65%	31%	3%	0%	
	Geral	2%	59%	26%	7%	6%	
<i>Operação de serviço</i>							
k. a organização executa processo de gerenciamento de incidentes.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	18%	15%	33%	32%	41%
	Judiciário	2%	18%	15%	34%	31%	40%



	Geral	2%	23%	20%	29%	27%	40%
l. o processo de gerenciamento de incidentes está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	○	●	○	○	○	N/C
	Tribunal	2%	35%	39%	9%	15%	
	Judiciário	2%	35%	40%	8%	15%	
	Geral	2%	45%	29%	10%	14%	
m. a organização executa processo de gerenciamento de problemas.	Organização	○	●	○	○	○	□
	Tribunal	2%	33%	35%	24%	6%	23%
	Judiciário	2%	34%	34%	25%	6%	23%
	Geral	1%	33%	25%	29%	12%	26%
n. o processo de gerenciamento de problemas está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	○	●	○	○	○	N/C
	Tribunal	2%	50%	44%	3%	2%	
	Judiciário	2%	51%	43%	3%	2%	
	Geral	2%	55%	29%	8%	7%	

5.2. Com relação ao gerenciamento de nível de serviço de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização mantém um catálogo publicado e atualizado dos serviços de TI oferecidos às áreas clientes, incluindo os níveis de serviço definidos.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	24%	50%	15%	11%	27%
	Judiciário	0%	25%	49%	15%	11%	28%
	Geral	1%	28%	38%	24%	9%	26%
b. os níveis de serviço são formalmente definidos entre a área de TI e as áreas clientes (Acordo de Nível de Serviço - ANS).	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	38%	39%	18%	5%	5%
	Judiciário	0%	38%	38%	18%	5%	5%
	Geral	1%	42%	29%	18%	9%	6%
c. os ANS incluem, como indicador de nível de serviço, o grau de satisfação dos usuários, apurado mediante a avaliação dos serviços de TI pelas áreas clientes.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	47%	33%	11%	9%	
	Judiciário	0%	46%	34%	11%	9%	
	Geral	1%	44%	30%	17%	9%	
d. a área de TI monitora o alcance dos níveis de serviço definidos.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	42%	26%	21%	11%	6%
	Judiciário	0%	43%	26%	20%	11%	6%
	Geral	1%	37%	24%	25%	13%	12%
e. a área de TI implementa ações corretivas em caso de não alcance dos níveis de serviço definidos.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	44%	24%	20%	12%	2%
	Judiciário	0%	45%	25%	18%	12%	2%
	Geral	1%	39%	23%	23%	15%	2%



f. a área de TI comunica periodicamente o resultado desse monitoramento às áreas clientes.	Organização	○	●	○	○	○	□
	Tribunal	0%	55%	27%	12%	6%	2%
	Judiciário	0%	54%	28%	12%	6%	2%
	Geral	1%	55%	24%	13%	7%	4%

5.3. Com relação à gestão de riscos de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização identifica os riscos de TI dos processos críticos de negócio.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	45%	18%	30%	5%	
	Judiciário	2%	45%	18%	31%	5%	
	Geral	1%	36%	25%	28%	9%	
b. a organização avalia os riscos de TI dos processos críticos de negócio.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	45%	21%	27%	5%	
	Judiciário	2%	45%	22%	28%	5%	
	Geral	2%	40%	24%	26%	8%	
c. a organização trata os riscos de TI dos processos críticos de negócio com base em um plano de tratamento de risco.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	55%	30%	12%	2%	
	Judiciário	2%	54%	31%	12%	2%	
	Geral	1%	52%	26%	15%	6%	
d. a organização executa um processo de gestão de riscos de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	58%	30%	11%	0%	
	Judiciário	2%	58%	29%	11%	0%	
	Geral	1%	49%	30%	13%	8%	
e. o processo de gestão de riscos de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	64%	29%	3%	3%	
	Judiciário	2%	63%	29%	3%	3%	
	Geral	1%	58%	27%	6%	8%	

5.4. Com relação à gestão corporativa da segurança da informação:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
<i>Políticas e Responsabilidades</i>							
a. a organização dispõe de uma política de segurança da informação formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	5%	20%	12%	62%	61%
	Judiciário	2%	5%	20%	12%	62%	60%
	Geral	1%	11%	24%	16%	49%	44%
b. a organização dispõe de comitê de segurança da informação formalmente instituído, responsável por formular e conduzir diretrizes para a segurança da informação corporativa, composto por representantes de áreas relevantes da organização.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	8%	5%	15%	71%	71%
	Judiciário	2%	8%	5%	15%	71%	71%
	Geral	1%	19%	21%	12%	47%	45%
c. a organização possui gestor de segurança da informação formalmente designado, responsável pelas ações corporativas de segurança da informação.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	36%	15%	12%	35%	48%
	Judiciário	2%	37%	15%	12%	34%	48%
	Geral	1%	28%	23%	12%	36%	49%
d. a organização dispõe de política de controle de acesso à informação e aos recursos e serviços de TI formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	24%	23%	14%	38%	21%
	Judiciário	2%	25%	23%	12%	38%	22%
	Geral	1%	23%	27%	18%	31%	25%
e. a organização dispõe de política de cópias de segurança (<i>backup</i>) formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	32%	29%	17%	21%	
	Judiciário	2%	32%	29%	17%	20%	



	Geral	1%	20%	28%	26%	25%	
<i>Controles e Atividades</i>							
f. a organização executa processo de gestão de ativos, assegurando a definição de responsabilidades e a manutenção de inventário dos ativos.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	36%	21%	32%	9%	
	Judiciário	2%	35%	22%	32%	9%	
	Geral	1%	23%	23%	37%	17%	
g. a organização executa processo de gerenciamento de configuração e ativos.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	56%	27%	11%	5%	12%
	Judiciário	2%	55%	28%	11%	5%	12%
	Geral	1%	44%	27%	12%	16%	24%
h. a organização executa processo para classificação e tratamento de informações.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	45%	35%	15%	3%	
	Judiciário	2%	46%	35%	14%	3%	
	Geral	1%	34%	30%	18%	16%	
i. o processo para classificação e tratamento de informações está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	56%	26%	9%	8%	12%
	Judiciário	2%	57%	26%	9%	6%	11%
	Geral	2%	44%	28%	11%	16%	16%
j. a organização implementa controles para garantir a proteção adequada ao grau de confidencialidade de cada classe de informação.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	44%	23%	27%	5%	
	Judiciário	2%	45%	23%	26%	5%	
	Geral	2%	34%	24%	26%	14%	
k. a organização executa processo de gestão de riscos de segurança da informação.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	47%	33%	17%	2%	
	Judiciário	2%	48%	34%	15%	2%	
	Geral	1%	42%	32%	17%	9%	



l. o processo de gestão de riscos de segurança da informação está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	53%	36%	6%	3%	12%
	Judiciário	2%	54%	35%	6%	3%	12%
	Geral	1%	53%	31%	6%	9%	9%
m. a organização executa processo de gestão de vulnerabilidades técnicas de TI, com objetivo de reduzir o risco de exploração de vulnerabilidades conhecidas.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	52%	15%	29%	3%	
	Judiciário	2%	52%	15%	28%	3%	
	Geral	1%	33%	22%	32%	12%	
n. o processo de gestão de vulnerabilidades técnicas de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	79%	18%	0%	2%	
	Judiciário	2%	78%	18%	0%	2%	
	Geral	1%	62%	24%	5%	8%	
o. a organização executa processo de monitoramento do uso dos recursos de TI, com objetivo de detectar atividades não autorizadas.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	29%	24%	33%	12%	
	Judiciário	2%	29%	25%	34%	11%	
	Geral	1%	17%	19%	40%	23%	
p. o processo de monitoramento do uso dos recursos de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	68%	21%	6%	3%	
	Judiciário	2%	68%	22%	6%	3%	
	Geral	1%	53%	23%	10%	13%	
q. a organização executa processo de gestão de incidentes de segurança da informação.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	45%	30%	15%	8%	
	Judiciário	2%	46%	31%	15%	6%	
	Geral	1%	30%	23%	29%	17%	
	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	68%	26%	2%	3%	9%



r. o processo de gestão de incidentes de segurança da informação está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Judiciário	2%	69%	25%	2%	3%	8%
	Geral	1%	51%	28%	9%	12%	17%
s. a organização possui equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança em redes computacionais, formalmente instituída.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	50%	21%	8%	20%	18%
	Judiciário	2%	51%	22%	8%	18%	17%
	Geral	1%	39%	20%	13%	26%	25%
t. a organização realiza, de forma periódica, ações de conscientização, educação e treinamento em segurança da informação para seus colaboradores.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	42%	26%	24%	6%	
	Judiciário	2%	43%	26%	25%	5%	
	Geral	1%	36%	26%	21%	16%	
u. a organização utiliza sistema criptográfico, aderente ao processo de certificação digital da ICP-Brasil, para garantir a autenticidade (autoria e integridade) das informações.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	5%	11%	50%	33%	
	Judiciário	2%	5%	11%	51%	32%	
	Geral	1%	30%	18%	32%	18%	

5.5. Com relação ao processo de software:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização executa um processo de software, com o objetivo de assegurar que o software a ser desenvolvido, direta ou indiretamente, atenda às suas necessidades.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	12%	15%	42%	29%	53%
	Judiciário	2%	12%	15%	42%	29%	52%
	Geral	3%	12%	16%	31%	38%	58%
b. o processo de software é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	47%	30%	14%	8%	2%
	Judiciário	2%	46%	31%	14%	8%	2%
	Geral	3%	34%	22%	26%	15%	5%
c. o processo de software é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	52%	23%	20%	5%	0%
	Judiciário	2%	51%	23%	20%	5%	0%
	Geral	3%	39%	22%	23%	13%	2%
d. a organização possui pessoal próprio capacitado para executar o processo de software.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	14%	11%	32%	42%	
	Judiciário	2%	14%	11%	32%	42%	
	Geral	4%	20%	10%	34%	33%	
e. o processo de software está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	35%	29%	14%	21%	17%
	Judiciário	2%	34%	29%	14%	22%	15%
	Geral	3%	36%	22%	14%	25%	22%

5.6. Com relação ao gerenciamento de projetos de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização possui portfólio de projetos de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	2%	26%	14%	29%	30%	
	Judiciário	2%	26%	14%	28%	31%	
	Geral	1%	29%	20%	27%	22%	
b. a organização executa processo de gerenciamento de projetos de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	21%	14%	39%	24%	92%
	Judiciário	2%	22%	14%	38%	25%	92%
	Geral	2%	18%	24%	36%	20%	80%
c. o processo de gerenciamento de projetos de TI é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	3%	44%	29%	18%	6%	12%
	Judiciário	3%	43%	29%	18%	6%	12%
	Geral	2%	35%	27%	25%	11%	13%
d. o processo de gerenciamento de projetos de TI é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	59%	18%	14%	8%	6%
	Judiciário	2%	58%	18%	14%	8%	6%
	Geral	2%	44%	24%	22%	9%	9%
e. o processo de gerenciamento de projetos de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	42%	14%	18%	24%	71%
	Judiciário	2%	42%	14%	18%	25%	71%
	Geral	2%	48%	26%	10%	14%	38%



f. a organização possui um escritório de projetos, ao menos para projetos de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	2%	17%	8%	18%	56%	58%
	Judiciário	2%	17%	8%	18%	55%	57%
	Geral	2%	45%	14%	11%	27%	24%

5.7. Com relação às contratações de serviços de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização realiza estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	5%	11%	35%	50%	80%
	Judiciário	0%	5%	11%	35%	49%	80%
	Geral	0%	3%	7%	31%	58%	80%
b. a organização explicita, nos autos, as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	2%	6%	20%	73%	88%
	Judiciário	0%	2%	6%	20%	72%	88%
	Geral	1%	2%	4%	22%	72%	87%
c. a organização explicita, nos autos, os indicadores dos benefícios de negócio que serão alcançados.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	20%	18%	24%	38%	39%
	Judiciário	0%	20%	18%	23%	38%	40%
	Geral	1%	14%	12%	31%	42%	49%
d. a organização explicita, nos autos, o alinhamento entre a contratação e os planos estratégico institucional e de TI vigentes.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	3%	12%	18%	67%	
	Judiciário	0%	3%	12%	18%	66%	
	Geral	1%	9%	11%	27%	51%	
e. a organização realiza análise dos riscos que possam comprometer o sucesso do processo de contratação e dos resultados que atendam as necessidades de negócio.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	0%	12%	30%	29%	29%	
	Judiciário	0%	12%	31%	29%	28%	
	Geral	1%	16%	15%	27%	42%	



f. a organização adota métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	17%	14%	27%	42%	67%
	Judiciário	0%	17%	14%	28%	42%	66%
	Geral	1%	15%	10%	29%	45%	65%
g. a organização realiza os pagamentos dos contratos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	8%	9%	23%	61%	89%
	Judiciário	0%	8%	9%	23%	60%	89%
	Geral	1%	5%	5%	21%	69%	88%
h. a organização realiza a análise dos benefícios reais já obtidos, utilizando-a como critério para prorrogar o contrato.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	27%	17%	18%	38%	85%
	Judiciário	0%	28%	17%	18%	37%	85%
	Geral	1%	14%	8%	29%	49%	78%
i. a organização diferencia e define formalmente os papéis de gestor e fiscal do contrato.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	15%	18%	11%	56%	58%
	Judiciário	0%	15%	18%	11%	55%	57%
	Geral	0%	13%	7%	17%	62%	67%

5.8. Com relação ao processo de planejamento das contratações de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização possui procedimentos internos que auxiliam na padronização das atividades de planejamento das contratações de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	9%	27%	23%	41%	50%
	Judiciário	0%	9%	28%	23%	40%	49%
	Geral	0%	12%	18%	27%	43%	46%
b. a organização executa processo de planejamento das contratações de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	8%	26%	26%	41%	77%
	Judiciário	0%	8%	26%	26%	40%	77%
	Geral	0%	8%	13%	25%	53%	64%
c. o processo de planejamento das contratações de TI é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	50%	27%	14%	9%	5%
	Judiciário	0%	51%	28%	14%	8%	5%
	Geral	1%	37%	20%	24%	19%	6%
d. o processo de planejamento das contratações de TI é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	56%	24%	8%	12%	3%
	Judiciário	0%	57%	23%	8%	12%	3%
	Geral	1%	43%	17%	22%	17%	2%
e. o processo de planejamento das contratações está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	14%	44%	11%	32%	27%
	Judiciário	0%	14%	45%	11%	31%	28%
	Geral	1%	27%	22%	16%	35%	18%

5.9. Com relação ao processo de gestão dos contratos de TI:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. a organização possui procedimentos internos que auxiliam na padronização das atividades de gestão de contratos de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	15%	8%	35%	42%	30%
	Judiciário	0%	15%	8%	35%	42%	31%
	Geral	0%	18%	12%	29%	41%	38%
b. a organização executa processo de gestão de contratos de TI.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	15%	17%	29%	39%	68%
	Judiciário	0%	15%	17%	29%	38%	68%
	Geral	0%	13%	9%	28%	50%	67%
c. o processo de gestão de contratos de TI é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	62%	20%	12%	6%	8%
	Judiciário	0%	62%	20%	12%	6%	6%
	Geral	0%	34%	17%	28%	21%	9%
d. o processo de gestão de contratos de TI é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas.	Organização	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	68%	17%	9%	6%	32%
	Judiciário	0%	68%	17%	9%	6%	32%
	Geral	0%	43%	19%	22%	16%	23%
e. o processo de gestão de contratos de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	0%	29%	18%	15%	38%	38%
	Judiciário	0%	29%	18%	15%	37%	37%
	Geral	0%	30%	18%	16%	36%	29%



5.10. Com relação às contratações de TI (bens ou serviços) realizadas em 2013:

Itens	Resposta	2014	
		Quant. total de contratos	Valor total contratado (R\$ mil)
a. contratações realizadas.	Organização	13	R\$ 3.430.590,90
	Tribunal	1.644	R\$ 855.988.167,78
	Judiciário	1.566	R\$ 793.990.399,41
	Geral	2.087.317	R\$ 17.210.099.321,80
b. contratações que adotaram o sistema de registro de preço (RP), em que a própria organização foi gestora da ata, com participação de outras instituições no planejamento (RP conjunto).	Organização	0	R\$ 0,00
	Tribunal	43	R\$ 77.769.281,54
	Judiciário	43	R\$ 77.769.281,54
	Geral	899	R\$ 1.605.652.680,71
c. contratações que adotaram o sistema de registro de preço, em que a própria organização foi gestora da ata, sem participação de outras instituições no planejamento (RP solitário).	Organização	1	R\$ 17.495,00
	Tribunal	528	R\$ 725.578.927,71
	Judiciário	510	R\$ 713.117.553,38
	Geral	2.137	R\$ 2.274.093.672,56
d. contratações que adotaram o sistema de registro de preço, com a participação no planejamento inicial de outra organização, que foi a gestora da ata (participação em RP conjunto).	Organização	5	R\$ 2.654.016,90
	Tribunal	134	R\$ 75.083.940,63
	Judiciário	133	R\$ 70.246.440,63

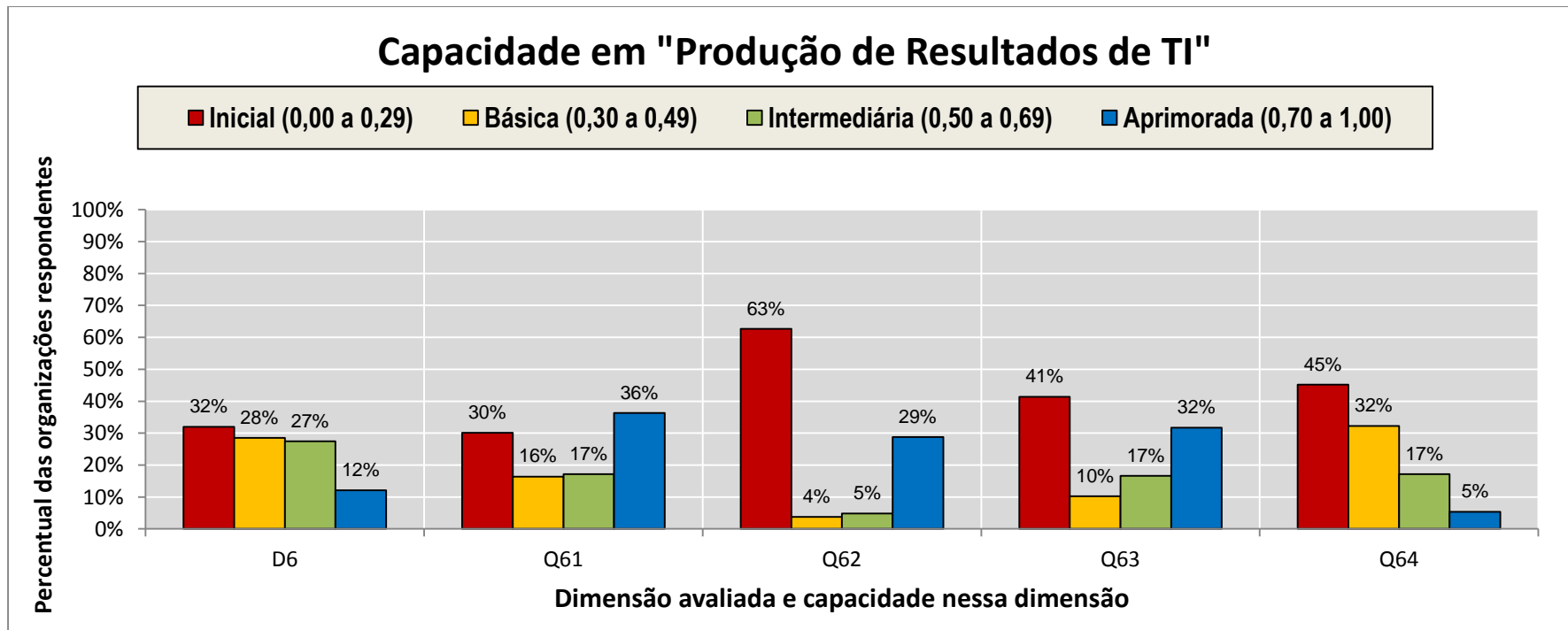


	Geral	821	R\$ 937.997.349,29
e. contratações por adesão tardia a ata de registro de preço (“carona”), sem participação no planejamento da contratação.	Organização	0	R\$ 0,00
	Tribunal	84	R\$ 52.971.481,93
	Judiciário	81	R\$ 52.192.942,93
	Geral	870	R\$ 947.026.316,84
f. contratações por dispensa de licitação por contrato emergencial.	Organização	0	R\$ 0,00
	Tribunal	22	R\$ 9.918.462,38
	Judiciário	22	R\$ 9.918.462,38
	Geral	419	R\$ 74.451.638,24
g. contratações por dispensa de licitação para contratar órgão/entidade da Administração Pública (Lei 8.666/1993, art. 24, VII ou XVI).	Organização	0	R\$ 0,00
	Tribunal	42	R\$ 2.210.794,00
	Judiciário	42	R\$ 2.210.794,00
	Geral	433	R\$ 1.900.902.370,63
h. contratações por inexigibilidade de licitação.	Organização	3	R\$ 283.164,60
	Tribunal	190	R\$ 49.902.087,75
	Judiciário	183	R\$ 45.386.554,96
	Geral	1.181	R\$ 3.390.690.899,84

Resultados

6. Resultados de TI (D6)

- **Objetivo:** Avaliar a capacidade da organização em produção de resultados da gestão e da governança de TI;
- **Questões:** 6.1 (Q61), 6.2 (Q62), 6.3 (Q63) e 6.4 (Q64)
- **Questões selecionadas para o iGovTI2014:** Q61, Q62, Q63 e Q64
- **Cálculo de D9 no iGovTI2014:** $Q61 * 0.3 + Q62 * 0.21 + Q63 * 0.28 + Q64 * 0.21$
- **Nota obtida pela Instituição nessa dimensão (D6): 0,57**
- **Peso da dimensão no iGovTI2014:** 12%
- **Distribuição das organizações avaliadas por nível de capacidade:**





6.1. Com relação aos objetivos de TI planejados pela organização, informe as metas mais relevantes para cumprimento em 2013:

Resposta da Organização			
Nome do Objetivo	Indicador	Meta 2013	Percentual de cumprimento da meta
1. Garantir a confiabilidade, disponibilidade e integridade das soluções de TIC (Objetivo 2)	Taxa de disponibilidade dos sistemas de processo eletrônico (SUAP e Portal de serviços)	94	99 %
2. Aprimorar a estrutura organizacional da TIC, alinhando-se à Resolução 90/2009 CNJ (Objetivo 11)	Número de implantação das unidades de governança de TIC, projetos, análise de risco, infraestrutura e segurança da informação co...	0	3 %
3. Promover a adequação do quadro de pessoal da TIC (Objetivo 14)	Percentual de aderência à Resolução 90/2009 do CNJ.	95	95 %
4. Desenvolver competência com foco na estratégia (Objetivo 13)	Percentual de alcance da capacitação	60	52 %
5.			%

Resposta Consolidada		
Grupo	Percentual de organizações que informaram possuir, pelo menos, um conjunto objetivo, indicador e meta	Percentual médio de cumprimento das metas
Tribunal	95%	85%
Judiciário	95%	85%
Geral	85%	78%

6.2. Com relação aos projetos de TI:

Resposta da organização					
Projetos em andamento					
Nome do projeto de TI	Breve descrição	Custo estimado (R\$ mil)	Percentual de execução física	Percentual de atraso	
1. Analisador de Rede	Aquisição de analisador de rede	R\$ 300.000,00	10 %	0 %	
2. SGTI	Aquisição de sistema de gestão de segurança da informação	R\$ 531.250,00	33 %	0 %	
3. Projeto/execução de Fibra ótica	Interligação das unidades do TRT 13 Região com fibra ótica.	R\$ 950.000,00	0 %	0 %	
4. Aquisição de estações de trabalho	Aquisição de micros positivo	R\$ 1.145.355,00	100 %	0 %	
5. Storage	Aquisição de storage para ampliar armazenamento de dados	R\$ 666.073,11	10 %	0 %	
Projetos encerrados					
Nome do projeto de TI	Breve descrição	Custo Estimado (R\$ mil)	Custo Final (R\$ mil)	Percentual de execução física	Percentual de atraso
1. Micros positivo	Descentralização de micros para PJE	R\$ 342.290,00	R\$ 342.290,00	100 %	0 %
2. Suporte Oracle	Contratação de Suporte Oracle	R\$ 72.533,59	R\$ 72.533,59	100 %	0 %
3. Filtro de conteúdo	Aquisição de solução de filtro de conteúdo do correio eletrônico	R\$ 21.600,00	R\$ 21.600,00	100 %	0 %
4. Placas Wireless	Aquisição de Placas Wireless	R\$ 17.495,00	R\$ 17.495,00	100 %	0 %
5. Sala-cofre	Manutenção da Sala-cofre	R\$ 244.200,00	R\$ 244.200,00	100 %	0 %



Resposta consolidada			
Projetos em andamento			
Grupo	Percentual de organizações que informaram possuir, pelo menos, um projeto de TI	Percentual de organizações que estimaram custo dos projetos de TI	Percentual médio de atraso dos projetos de TI
Tribunal	85%	83%	22%
Judiciário	85%	83%	23%
Geral	77%	72%	26%
Projetos encerrados			
Grupo	Percentual de organizações que informaram possuir, pelo menos, um projeto de TI	Percentual de organizações que estimaram custo dos projetos de TI	Percentual médio de atraso dos projetos de TI
Tribunal	80%	67%	9%
Judiciário	80%	66%	9%
Geral	53%	48%	14%



6.3. Com relação aos principais serviços de TI que sustentam as atividades da organização, informe:

Resposta da Organização			
Serviço de TI	Principal indicador de nível de serviço	Meta 2013	Percentual de cumprimento da meta
1. Portal de Serviços/SUAP	Taxa de disponibilidade dos sistemas do processo eletrônico (Suap e Portal de Serviços)	94	99 %
2. PJE (Processo Judicial Eletrônico)	Taxa de disponibilidade do PJE	94	97 %
3.			%
4.			%
5.			%

Resposta Consolidada		
Grupo	Percentual de organizações que informaram possuir, pelo menos, um serviço, indicador e meta	Percentual médio de cumprimento das metas
Tribunal	76%	86%
Judiciário	75%	86%
Geral	70%	86%

6.4. Com relação aos serviços disponíveis ao cidadão/cliente:

Práticas	Resposta	2014					2012
		Prática não adotada			Prática adotada		Prática adotada
		Não se aplica	Não adota	Iniciou plano	Parcial	Integral	
a. os serviços são acessíveis via internet.	Organização	○	○	○	●	○	☒
	Tribunal	0%	2%	2%	45%	52%	68%
	Judiciário	0%	2%	2%	46%	51%	68%
	Geral	5%	5%	3%	45%	42%	48%
b. os serviços acessíveis via internet implementam as recomendações do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico – eMAG, previsto no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.	Organização	○	○	○	●	○	N/C
	Tribunal	9%	26%	9%	47%	9%	
	Judiciário	9%	26%	9%	46%	9%	
	Geral	11%	24%	17%	40%	8%	
c. os serviços acessíveis via internet implementam as diretrizes e as especificações dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING, previsto no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.	Organização	○	○	○	●	○	N/C
	Tribunal	9%	39%	9%	38%	5%	
	Judiciário	9%	40%	9%	38%	3%	
	Geral	12%	28%	17%	35%	9%	
d. os serviços acessíveis via internet observam as recomendações dos Padrões Web em Governo Eletrônico – ePWG, previsto no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro.	Organização	○	●	○	○	○	N/C
	Tribunal	11%	45%	6%	35%	3%	
	Judiciário	11%	46%	6%	34%	3%	
	Geral	12%	31%	16%	33%	9%	
e. há catálogo publicado com informações claras e precisas de cada um dos serviços acessíveis via internet.	Organização	○	○	○	●	○	N/C
	Tribunal	2%	36%	17%	21%	24%	
	Judiciário	2%	35%	17%	22%	25%	
	Geral	8%	33%	19%	23%	17%	



f. os serviços acessíveis via internet são avaliados pelo cidadão/cliente por meio de pesquisas periódicas de satisfação.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	Tribunal	3%	48%	12%	18%	18%	48%
	Judiciário	3%	48%	12%	18%	18%	49%
	Geral	8%	55%	14%	15%	8%	22%
g. os resultados das avaliações dos serviços acessíveis via internet são divulgados ao cidadão/cliente.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	N/C
	Tribunal	6%	64%	8%	8%	15%	
	Judiciário	6%	63%	8%	8%	15%	
	Geral	11%	65%	13%	7%	5%	
h. a organização possui perfil oficial em rede social com a finalidade de descobrir e atender às necessidades do cidadão/cliente.	Organização	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	N/C
	Tribunal	3%	21%	6%	24%	45%	
	Judiciário	3%	22%	6%	23%	46%	
	Geral	6%	23%	7%	22%	41%	



Os levantamentos de governança de TI realizados pelo TCU contribuem para a melhoria da governança e gestão de TI da organização?

Resposta	Concordo Integralmente	Concordo Parcialmente	Indiferente	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
Organização	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tribunal	83%	14%	3%	0%	0%
Judiciário	83%	14%	3%	0%	0%
Geral	74%	23%	2%	1%	0%

APÊNDICE I – Fórmula de Cálculo do iGovTI2014

$$iGovTI2014 = (D1 * 0.21) + (D2 * 0.16) + (D3 * 0.16) + (D4 * 0.16) + (D5 * 0.19) + (D6 * 0.12)$$

Dimensão	Fórmula de Cálculo
D1	$D1 = Q11 * 0.15 + Q12 * 0.14 + Q13 * 0.17 + Q14 * 0.14 + Q15 * 0.14 + Q17 * 0.16 + Q18 * 0.1$
D2	$D2 = Q21 * 0.44 + Q22 * 0.56$
D3	$D3 = Q31 * 0.66 + Q32 * 0.34$
D4	$D4 = Q41 * 0.48 + Q42 * 0.41 + Q43 * 0.11$
D5	$D5 = Q51 * 0.12 + Q52 * 0.1 + Q53 * 0.11 + Q54 * 0.13 + Q55 * 0.11 + Q56 * 0.11 + Q57 * 0.1 + Q58 * 0.11 + Q59 * 0.11$
D6	$D6 = Q61 * 0.3 + Q62 * 0.21 + Q63 * 0.28 + Q64 * 0.21$

Questão	Fórmula de Cálculo
Q11	$Q11 = (q11_a * 17 + q11_b * 13 + q11_c * 20 + q11_d * 15 + q11_e * 17 + q11_f * 15) / 100$
Q12	$Q12 = (q12_a * 31 + q12_b * 19 + q12_c * 24 + q12_d * 26) / 100$
Q13	$Q13 = (q13_a * 20 + q13_b * 20 + q13_c * 21 + q13_d * 21 + q16_a * 18) / 100$
Q14	$Q14 = (q14_a * 26 + q14_b * 27 + q14_c * 23 + q14_d * 24) / 100$
Q15	$Q15 = (q15_a * 21 + q15_b * 20 + q15_c * 21 + q15_d * 20 + q15_e * 18) / 100$
Q16	Agrupada à questão 1.3, para evitar que a única prática presente ficasse supervalorizada.
Q17	$Q17 = (q17_a * 19 + q17_b * 21 + q17_c * 19 + q17_d * 21 + q17_e * 20) / 100$
Q18	$Q18 = (q18_a * 19 + q18_b * 16 + q18_c * 17 + q18_d * 19 + q18_e * 17 + q18_f * 12) / 100$
Q21	<p>Processo de planejamento estratégico</p> $Q211 = (q21_a * 25 + q21_b * 25 + q21_c * 28 + q21_d * 22) / 100$ <p>Plano estratégico vigente</p> $Q212 = (q21_e * 18 + q21_f * 16 + q21_g * 17 + q21_h * 22 + q21_i * 24 + q21_j * 3) / 100$ $Q21 = (Q211 + Q212) / 2$
Q22	<p>Processo de planejamento de TI</p> $Q221 = (q22_a * 27 + q22_b * 26 + q22_c * 24 + q22_d * 23) / 100$ <p>Plano de TI vigente</p> $Q222 = (q22_e * 14 + q22_f * 16 + q22_g * 18 + q22_h * 20 + q22_i * 15 + q22_j * 17) / 100$ $Q22 = (Q221 + Q222) / 2$
Q31	$Q31 = (q31_a * 28 + q31_b * 22 + q31_c * 24 + q31_d * 26) / 100$
Q32	$Q32 = (q32_a * 7 + q32_b * 11 + q32_c * 14 + q32_d * 12 + q32_e * 11 + q32_f * 8 + q32_g * 11 + q32_h * 7 + q32_i * 19) / 100$
Q41	$Q41 = (q41_a * 11 + q41_b * 13 + q41_c * 13 + q41_d * 14 + q41_e * 14 + q41_f * 14 + q41_g * 15 + q41_h * 6) / 100$
Q42	$Q42 = (q42_a * 36 + q42_b * 38 + q42_c * 26) / 100$

Q43	<p>Q43Ideal = q43_b Q43ForcaPropria = q43_d + q43_e Q43Total = If(q43_a > 0 And q43_a > q43_c, q43_a, q43_c) If Q43Total = 0 Then 'IAFT=Índice de Autonomia da Força de Trabalho em TI Q43IAFT = 0 Else Q43IAFT = (Q43ForcaPropria) / Q43Total If Q43IAFT > 1 Then Q43IAFT = 1 ' End If If Q43Ideal = 0 Then 'IS=Índice de Suficiência da Força de Trabalho Q43IS = 0 Else Q43IS = q43_c / Q43Ideal If Q43IS > 1 Then Q43IS = 1 End If Q43 = (Q43IAFT + Q43IS) / 2</p>
Q51	<p>Q51 = (q51_a * 7 + q51_b * 7 + q51_c * 7 + q51_d * 7 + q51_e * 8 + q51_f * 8 + q51_g * 7 + q51_h * 7 + q51_i * 7 + q51_j * 7 + q51_k * 7 + q51_l * 7 + q51_m * 7 + q51_n * 7) / 100</p>
Q52	<p>Q52 = (q52_a * 16 + q52_b * 16 + q52_c * 17 + q52_d * 17 + q52_e * 17 + q52_f * 17) / 100</p>
Q53	<p>Q53 = (q53_a * 21 + q53_b * 21 + q53_c * 21 + q53_d * 20 + q53_e * 17) / 100</p>
Q54	<p>' Políticas e Responsabilidades sobre a SI Q541 = (q54_a * 19 + q54_b * 15 + q54_c * 19 + q54_d * 25 + q54_e * 22) / 100 ' Controles e Atividades sobre a SI Q542 = (q54_f * 6 + q54_g * 6 + q54_h * 6 + q54_i * 6 + q54_j * 6 + q54_k * 7 + q54_l * 7 + q54_m * 7 + q54_n * 7 + q54_o * 6 + q54_p * 6 + q54_q * 7 + q54_r * 7 + q54_s * 6 + q54_t * 6 + q54_u * 4) / 100 Q54 = (Q541 + Q542) / 2</p>
Q55	<p>Q55 = (q55_a * 21 + q55_b * 20 + q55_c * 21 + q55_d * 16 + q55_e * 22) / 100</p>
Q56	<p>Q56 = (q56_a * 15 + q56_b * 18 + q56_c * 18 + q56_d * 18 + q56_e * 17 + q56_f * 14) / 100</p>
Q57	<p>Q57 = (q57_a * 13 + q57_b * 12 + q57_c * 10 + q57_d * 11 + q57_e * 12 + q57_f * 12 + q57_g * 12 + q57_h * 11 + q57_i * 7) / 100</p>
Q58	<p>Q58 = (q58_a * 20 + q58_b * 20 + q58_c * 20 + q58_d * 20 + q58_e * 20) / 100</p>
Q59	<p>Q59 = (q59_a * 22 + q59_b * 20 + q59_c * 19 + q59_d * 21 + q59_e * 18) / 100</p>
Q510	<p>Esta questão não faz parte da fórmula do iGovTI2014 Q510Soma = q510_b1 + q510_c1 + q510_d1 + q510_e1 + q510_f1 + q510_g1 + q510_h1 Q510T = If(q510_a1 > Q510Soma, q510_a1, Q510Soma) If Q510T = 0 Then Q510 = 0 Else ' Índice de utilização de registro de preço IURP = q510_b1 + q510_c1 + q510_d1 + q510_e1 / Q510T ' Índice de utilização de adesão a ata de registro de preço IARPT = q510_e1 / Q510T ' Índice de utilização de contratação emergencial IUCE = q510_f1 / Q510T Q510 = IURP * (1 - IART) * (1 - IUCE) End If</p>

Q61	$Q61 = (\text{Ilf}(q61_a4 > 100, 100, q61_a4) + \text{Ilf}(q61_b4 > 100, 100, q61_b4) + \text{Ilf}(q61_c4 > 100, 100, q61_c4) + \text{Ilf}(q61_d4 > 100, 100, q61_d4) + \text{Ilf}(q61_e4 > 100, 100, q61_e4)) / 500$
Q62	<p>' Parte 1: Projetos em andamento</p> <p>' Quantidade de projetos em andamento</p> $Q621\text{ContProj} = \text{Ilf}(\text{not isNull}(Q621_a1), 1, 0) + \text{Ilf}(\text{not isNull}(Q621_b1), 1, 0) + \text{Ilf}(\text{not isNull}(Q621_c1), 1, 0) + \text{Ilf}(\text{not isNull}(Q621_d1), 1, 0) + \text{Ilf}(\text{not isNull}(Q621_e1), 1, 0)$ <p>' Soma dos Atrasos</p> $Q621\text{SomaAtraso} = \text{Ilf}((q621_a5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_a5 < 0, 1, 1 - (q621_a5/100))) + \text{Ilf}((q621_b5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_b5 < 0, 1, 1 - (q621_b5/100))) + \text{Ilf}((q621_c5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_c5 < 0, 1, 1 - (q621_c5/100))) + \text{Ilf}((q621_d5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_d5 < 0, 1, 1 - (q621_d5/100))) + \text{Ilf}((q621_e5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_e5 < 0, 1, 1 - (q621_e5/100)))$ <p>' Quantidade de projetos com custo estimado</p> $Q621\text{QtdProjCE} = \text{Ilf}(q621_a3 > 0, 1, 0) + \text{Ilf}(q621_b3 > 0, 1, 0) + \text{Ilf}(q621_c3 > 0, 1, 0) + \text{Ilf}(q621_d3 > 0, 1, 0) + \text{Ilf}(q621_e3 > 0, 1, 0)$ <p>' Índice de atraso</p> $Q621\text{IA} = Q621\text{SomaAtraso} / Q621\text{ContProj}$ <p>' Índice de estimativa de custo</p> $Q621\text{IEC} = Q621\text{QtdProjCE} / Q621\text{ContProj}$ $Q621 = (Q621\text{IA}) * (Q621\text{IEC})$ <p>' Parte 2: Projetos concluídos</p> <p>' Quantidade de projetos encerrados</p> $Q622\text{ContProj} = \text{Ilf}(\text{not isNull}(q622_a1), 1, 0) + \text{Ilf}(\text{not isNull}(Q622_b1), 1, 0) + \text{Ilf}(\text{not isNull}(Q622_c1), 1, 0) + \text{Ilf}(\text{not isNull}(Q622_d1), 1, 0) + \text{Ilf}(\text{not isNull}(Q622_e1), 1, 0)$ <p>' Soma dos escopos</p> $Q622\text{SomaEscopo} = \text{Ilf}((q621_a5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_a5 < 0, 1, 1 - (q621_a5/100))) + \text{Ilf}((q621_b5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_b5 < 0, 1, 1 - (q621_b5/100))) + \text{Ilf}((q621_c5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_c5 < 0, 1, 1 - (q621_c5/100))) + \text{Ilf}((q621_d5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_d5 < 0, 1, 1 - (q621_d5/100))) + \text{Ilf}((q621_e5) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_e5 < 0, 1, 1 - (q621_e5/100)))$ <p>' Soma dos atrasos</p> $Q622\text{SomaAtraso} = \text{Ilf}((q621_a6) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_a6 < 0, 1, 1 - (q621_a6/100))) + \text{Ilf}((q621_b6) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_b6 < 0, 1, 1 - (q621_b6/100))) + \text{Ilf}((q621_c6) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_c6 < 0, 1, 1 - (q621_c6/100))) + \text{Ilf}((q621_d6) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_d6 < 0, 1, 1 - (q621_d6/100))) + \text{Ilf}((q621_e6) \geq 100, 0, \text{Ilf}(q621_e6 < 0, 1, 1 - (q621_e6/100)))$ <p>' Soma da relação custo estimado x custo final</p> $Q622\text{SomaC} = \text{Ilf}(q622_a4 > 0, \text{Ilf}(q622_a3/q622_a4 > 1, 1, q622_a3/q622_a4), 0) + \text{Ilf}(q622_b4 > 0, \text{Ilf}(q622_b3/q622_b4 > 1, 1, q622_b3/q622_b4), 0) + \text{Ilf}(q622_c4 > 0, \text{Ilf}(q622_c3/q622_c4 > 1, 1, q622_c3/q622_c4), 0) + \text{Ilf}(q622_d4 > 0, \text{Ilf}(q622_d3/q622_d4 > 1, 1, q622_d3/q622_d4), 0) + \text{Ilf}(q622_e4 > 0, \text{Ilf}(q622_e3/q622_e4 > 1, 1, q622_e3/q622_e4), 0)$ <p>' Índice de execução</p> $Q622\text{IE} = Q622\text{SomaEscopo} / (Q622\text{ContProj} * 100)$ <p>' Índice de atraso</p> $Q622\text{IA} = Q622\text{SomaAtraso} / Q622\text{ContProj}$ <p>' Índice acerto do custo estimado</p> $Q622\text{IACE} = Q622\text{SomaC} / Q622\text{ContProj}$ $Q622 = Q622\text{IE} * Q622\text{IACE} * Q622\text{IA}$ $Q62 = (Q621 * 0.2 + Q622 * 0.8)$
Q63	$Q63 = (\text{Ilf}(q63_a4 > 100, 100, q63_a4) + \text{Ilf}(q63_b4 > 100, 100, q63_b4) + \text{Ilf}(q63_c4 > 100, 100, q63_c4) + \text{Ilf}(q63_d4 > 100, 100, q63_d4) + \text{Ilf}(q63_e4 > 100, 100, q63_e4)) / 500$
Q64	$Q64 = (q64_a * 14 + q64_b * 9 + q64_c * 17 + q64_d * 14 + q64_e * 13 + q64_f * 15 + q64_g * 8 + q64_h * 10) / 100$